



Governo Federal  
Ministério do Meio Ambiente - MMA  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística  
SHCSW/EQSW 103/104, Lote 1, Complexo Administrativo Sudoeste,  
Módulo "B", Brasília - DF

## ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE SOCIOECONOMIA E ÁREAS CORRELATAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DO RIO DOS FRADES

### PRODUTO 2



Rio de Janeiro/RJ, maio de 2013

## **Equipe Técnica**

### **Thalassa Pesquisa e Consultoria Ambiental**

#### **Coordenação**

Márcia Salustiano de Castro - Bióloga

Ana Cristina T. Bonecker - Bióloga

#### **Consultoria**

Sérgio Bonecker - Biólogo

Flavia Colacchi - Bióloga

Walison Boy dos Santos - Geógrafo

### **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

#### **Supervisão Técnica**

Suiane Benevides Marinho Brasil - Chefe do RVS Rio dos Frades

Tiago Leão Pereira - –Analista Ambiental do RVS Rio dos Frades

## Lista de Siglas

ACP - Agência da Capitania dos Portos

AMI – Associação de Moradores de Itaporanga

APA - Área de Proteção Ambiental

APP - Área de Preservação Permanente

BAHIATURSA - Empresa de Turismo da Bahia S/A

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CCMA - Corredor Central da Mata Atlântica

CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário

CDB - Convenção da Diversidade Biológica

CEPF - Critical Ecosystem Partnership Fund (Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos)

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CEPRAM - Conselho Estadual de Meio Ambiente

CI - Conservation International (Conservação Internacional)

CIPPA - Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental em Porto Seguro

CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção)

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)

FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

G7 - Grupo dos Sete

GAMBA - Grupo Ambientalista da Bahia

GEF - Global Environment Facility

GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Agência Alemã de Cooperação Técnica)

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBIO - Instituto Bioatlântica

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IESB - Instituto Estudos Socioambientais do Sul da Bahia

IFBA - Instituto Federal da Bahia

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

INTERBA - Instituto de Terras da Bahia

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IUCN - International Union for Conservation of Nature (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais)

KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau (Banco Alemão de Desenvolvimento Internacional)

MaB - Man and Biosphere (Programa Homem e a Biosfera)

MAPES - Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia

MB – Marinha do Brasil

MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MMA/SRH - Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos

MP - Ministério Público

NAMAs - Nationally Appropriate Mitigation Action (Ações de Mitigação Nacionalmente Adequadas)

PAT ECOSMAR - Projeto Amiga Tartaruga

PCE - Projeto Corredores Ecológicos

PMPS - Prefeitura Municipal de Porto Seguro

PN - Parque Nacional

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

PRODETUR - Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste

PSF - Programa de Saúde da Família

ONG - Organização não-governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RCE - Redução Certificada de Emissão

REDD+ - Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation (REDD): An Options Assessment Report (Sistema Nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal)

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

RVS - Refúgio de Vida Silvestre

RVSRF - Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades

SAIT - Sociedade Amigos de Itapororoca

SAT - Sociedade Amigos de Trancoso

SEAAP - Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento

SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente

SETUR - Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

TNC - The Nature Conservancy (A Conservação da Natureza)

UAAF - Unidade Avançada de Administração Financeira

UC – Unidade de Conservação

UCE/BA – Unidade de Coordenação Estadual da Secretaria Estadual de Meio Ambiente da Bahia

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças no Clima)

UNISULBAHIA - Faculdade Nossa Senhora de Lourdes e Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia

USAID - United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

WHC – World Heritage Centre (Convenção sobre Patrimônio Natural Mundial)

WRI – World Resources Institute (Instituto de Recursos Mundiais)

WWF - World Wide Fund For Nature (Fundo Mundial para a Natureza)

ZA – Zona de Amortecimento

ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

ZVS – Zona de Vida Silvestre

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	III
LISTA DE TABELAS.....	IX
LISTA DE FIGURAS.....	X
1) INTRODUÇÃO.....	1
2) DESCRIÇÃO DA ABRANGÊNCIA DO ESTUDO.....	1
3) METODOLOGIA.....	5
4) RESULTADOS.....	7
4.1) Contextualização Política da Unidade de Conservação e Análise Regional.....	7
4.1.1) Legislação federal, estadual e municipal pertinente.....	8
4.1.2) Legislação pertinente a proteção dos recursos naturais no Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.....	11
4.1.3) Instrumentos de gestão.....	15
4.1.4) Histórico de criação do Refúgio de Vida Silvestre Rio dos Frades.....	18
4.1.5) Origem do nome.....	23
4.1.6) Acordos e Convenções Internacionais.....	23
4.2) Levantamento do potencial de apoio ao Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.....	31
4.2.1) A infraestrutura operacional do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.....	32
4.2.2) A infraestrutura na região do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.....	33
4.2.2.1) Infraestrutura no Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.....	33
4.2.2.2) Infraestrutura da Zona de Amortecimento.....	36
4.2.2.3) Infraestrutura de Porto Seguro.....	40
4.3) Instituições parceiras.....	45
4.3.1) Parcerias do Poder Público Federal.....	46
4.3.2) Parcerias do Poder Público Estadual.....	47
4.3.3) Parcerias do Poder Público Municipal.....	48
4.3.4) Parcerias da Sociedade Civil Organizada.....	48
4.3.5) Parcerias do Setor Privado.....	50
4.3.6) Parcerias com outras Unidades de Conservação e Iniciativas Conjuntas.....	
4.3.7) Parcerias voltadas a Educação Ambiental e Pesquisa.....	51
4.3.8) Parcerias com os proprietários de áreas dentro do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.....	51
5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

**Lista de Tabelas**

Tabela 1 -	Transporte rodoviário que atende a cidade de Porto Seguro.....	5
Tabela 2 -	Principais acordos e convenções internacionais firmados pelo Brasil.....	28
Tabela 3 -	Escolaridade de proprietários e moradores do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.....	33
Tabela 4 -	Tratamento de esgoto nas propriedades do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.....	35
Tabela 5 -	Tipo de abastecimento de água realizado nas propriedades do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.....	35
Tabela 6 -	Tratamento de água nas propriedades do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.....	35
Tabela 7 -	Destinação dos resíduos sólidos nas propriedades do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.....	36
Tabela 8 -	Crescimento populacional de Porto Seguro nos censos de 1991, 2000 e 2010	41
Tabela 9 -	Número de estabelecimentos de saúde em Porto Seguro levantados no ano de 2010.....	43
Tabela 10 -	Infraestrutura de hotéis, pousadas e resorts em Porto Seguro.....	45

## Lista de Figuras

Figura 1 -	Localização do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades no estado da Bahia.....	2
Figura 2 -	Unidades de conservação localizadas próximo ao Refúgio de Vida Silvestre Rio dos Frades.....	3
Figura 3 -	Localização do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades, da zona de amortecimento e da terra indígena de Imbiriba.....	3
Figura 4 -	Bacia e microbacias do rio dos Frades e sua localização dentro do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades e da zona de amortecimento.....	4
Figura 5 -	Mapa de acessos ao município de Porto Seguro e ao Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades com estradas, rodovias e aeroportos.....	5
Figura 6 -	Localização das fazendas, da Terra Indígena de Imbiriba e da localidade de Itaporanga situadas na área do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades e na zona de amortecimento.....	6
Figura 7 -	Localização do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades no corredor prioritário Pau-Brasil - Monte Pascoal.....	18
Figura 8 -	Classes de vegetação da área do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.....	21
Figura 9 -	Localização do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades no bioma Mata Atlântica.....	24
Figura 10 -	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no estado da Bahia.....	25
Figura 11 -	Localização do <i>hotspot</i> da Mata Atlântica na costa brasileira.....	26
Figura 12 -	Mapa dos corredores ecológicos propostos para o Brasil.....	27
Figura 13 -	Veículos da prefeitura de Porto Seguro realizando a manutenção das estradas de acesso a Itaporanga e Imbiriba em março de 2013.....	37
Figura 14 -	Vans de turismo em parada no <i>shopping</i> de artesanato da Terra Indígena de Imbiriba.....	38
Figura 15 -	Escola Pataxó da terra indígena de Imbiriba.....	38
Figura 16 -	Posto de saúde do distrito de Itaporanga.....	39
Figura 17 -	Posto de saúde da terra indígena de Imbiriba.....	39
Figura 18 -	Atividades de comércio nas localidades de Itaporanga e Imbiriba.....	41
Figura 19 -	Destinação dos Resíduos Sólidos em Porto Seguro levantados no ano de 2010.....	44

## 1) INTRODUÇÃO

O Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades (RVSRF) está localizado no município de Porto Seguro, no estado da Bahia, entre as localidades de Trancoso e Caraíva. Foi criado por meio do Decreto s/nº de 21 de dezembro de 2007 (Brasil, 2007), através do Processo nº 02001.006934/2005-93, que definiu os limites do Refúgio e sua Zona de Amortecimento (ZA). Esta Unidade de Conservação (UC) foi criada com o objetivo básico de “preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”.

Essa área possui uma riqueza natural expressiva, onde se destaca a sua inserção no Corredor Central da Mata Atlântica, integrando a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e áreas do Sítio do Descobrimento, tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Refúgio de Vida Silvestre (RVS) é uma das categorias de Proteção Integral, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que tem por objetivo básico a preservação dos ecossistemas e que permite atividades como a recreação, o turismo ecológico e a pesquisa. O SNUC permite também a presença de propriedades particulares no interior de RVS, desde que os usos dessas propriedades sejam compatíveis com os objetivos da UC e com a proteção dos recursos naturais.

Em muitos casos as áreas limítrofes as unidades de conservação de proteção integral constituem áreas de conflito em relação ao seu uso e acabam por exercer uma pressão sobre os recursos naturais da UC.

Para compatibilizar o interesse de particulares com a proteção da UC é fundamental que se desenvolvam, no seu interior e entorno, propostas que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis e não atrapalhem os objetivos de criação da UC.

No primeiro momento é necessária a busca de informação socioeconômica que servirá para elencar propostas de desenvolvimento para a região, para a gestão e para elaboração do plano de manejo do RVSRF. Sendo assim, foi contratada a Empresa Thalassa que realizará os estudos que irão compor o Diagnóstico de Socioeconomia e Áreas Correlatas do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades. A contratação desse estudo foi celebrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), através do Projeto de Corredores Ecológicos.

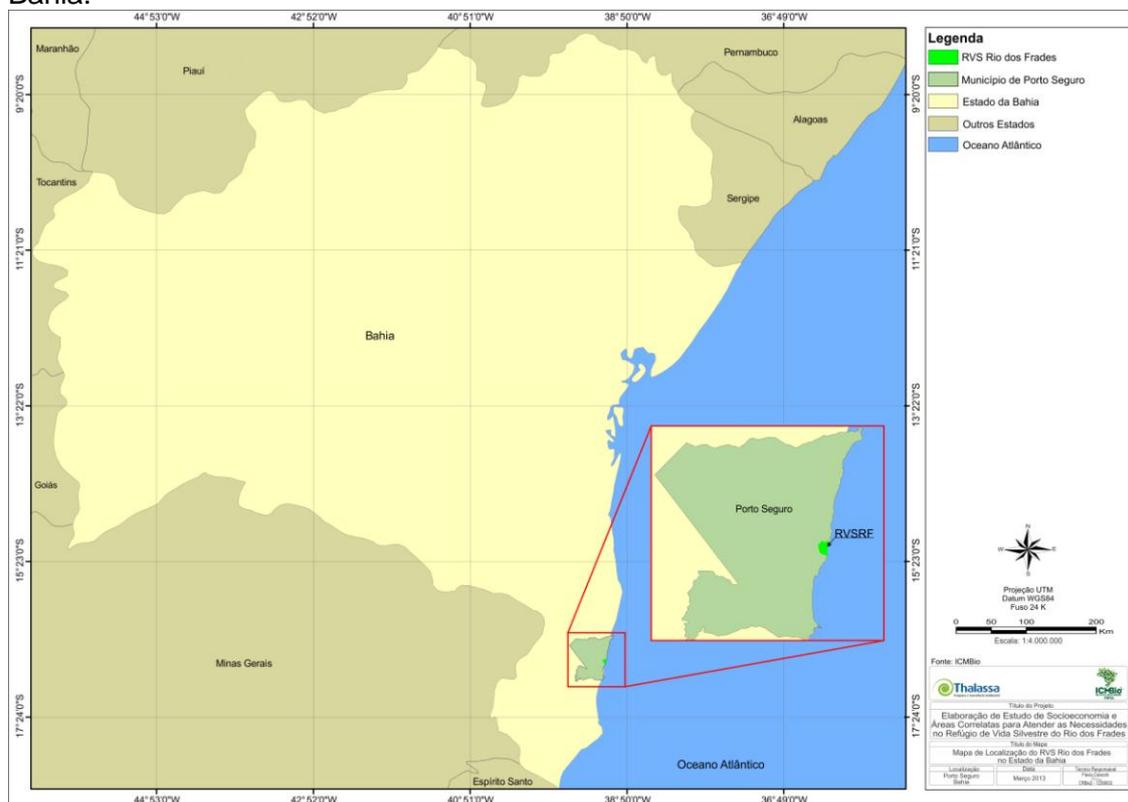
Esse Projeto Corredores Ecológicos é um componente do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, e está vinculado ao Ministério de Meio Ambiente (MMA). Conta com recursos financeiros provenientes do governo alemão, por meio de seu agente financiador, o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), e da Comissão Europeia.

## 2) DESCRIÇÃO DA ABRANGÊNCIA DO ESTUDO

O Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades é uma UC com aproximadamente 894 hectares localizado integralmente no município de Porto Seguro, no extremo sul do estado da Bahia (Figura 1). Situa-se próximo aos povoados de Trancoso e Itaporanga.

Porto Seguro possui uma área de 2.408.325,00 hectares e 85 km de extensão de litoral, com praias, dunas, restingas e mangues. O RVSRF está situado na porção centro-leste do município, no litoral, protegendo a foz do rio dos Frades e uma grande área de restinga. Desde a praia até seu ponto mais a oeste a UC possui, em linha reta, aproximadamente, uma extensão de 2,60 km e do seu ponto mais ao norte até seu ponto mais ao sul possui 4,60 km.

Figura 1 - Localização do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades no estado da Bahia.



Entre as unidades de conservação que estão próximas ao RVSRF estão o Parque Nacional (PN) do Pau Brasil ao norte e, ao sul, estão o Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal e a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau (Figura 2). O RVSRF está sobreposto à parte da Área Estadual de Proteção Ambiental Caraíva-Trancoso, a qual possui zoneamento definido na resolução nº 2.532 de 24 de novembro de 2000 do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM) (CEPRAM, 2000).

A zona de amortecimento do RVSRF possui 2.982,06 hectares, sendo que se estende, predominantemente, no sentido leste-oeste (Figura 3) e seus limites norte e sul são menores. Além de estar quase totalmente inserida na Área de Proteção Ambiental Estadual Caraíva-Trancoso, a ZA do RVSRF também faz parte do Minicorredor prioritário Pau-Brasil – Monte Pascoal. O RVS Rio dos Frades e sua ZA estão integralmente inseridos na microbacia hidrográfica do rio dos Frades.

Figura 2 - Unidades de conservação localizadas próximo ao Refúgio de Vida Silvestre Rio dos Frades.

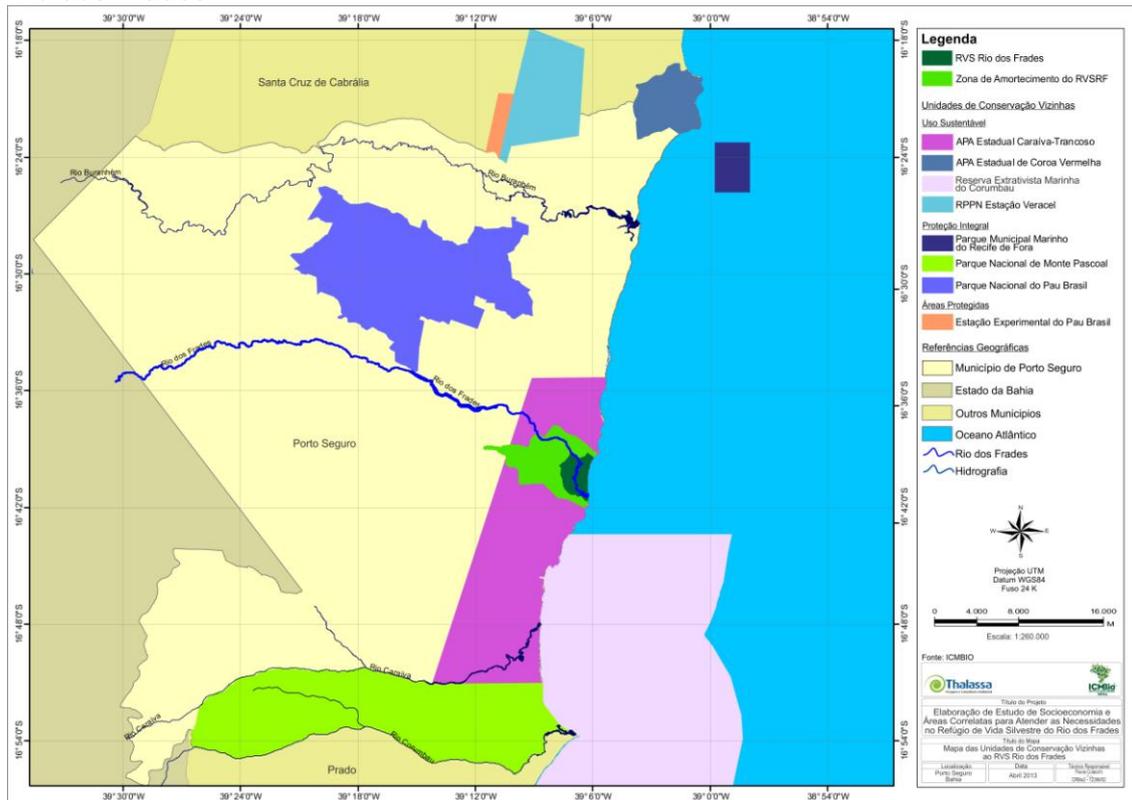
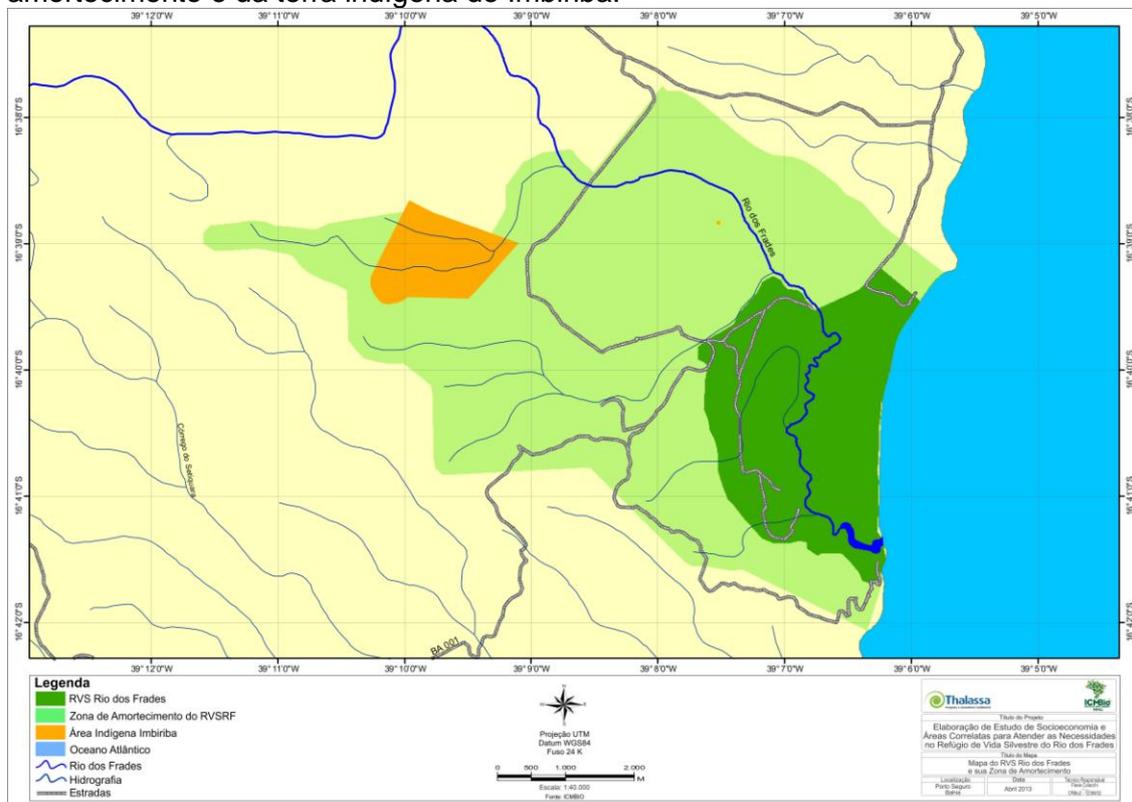
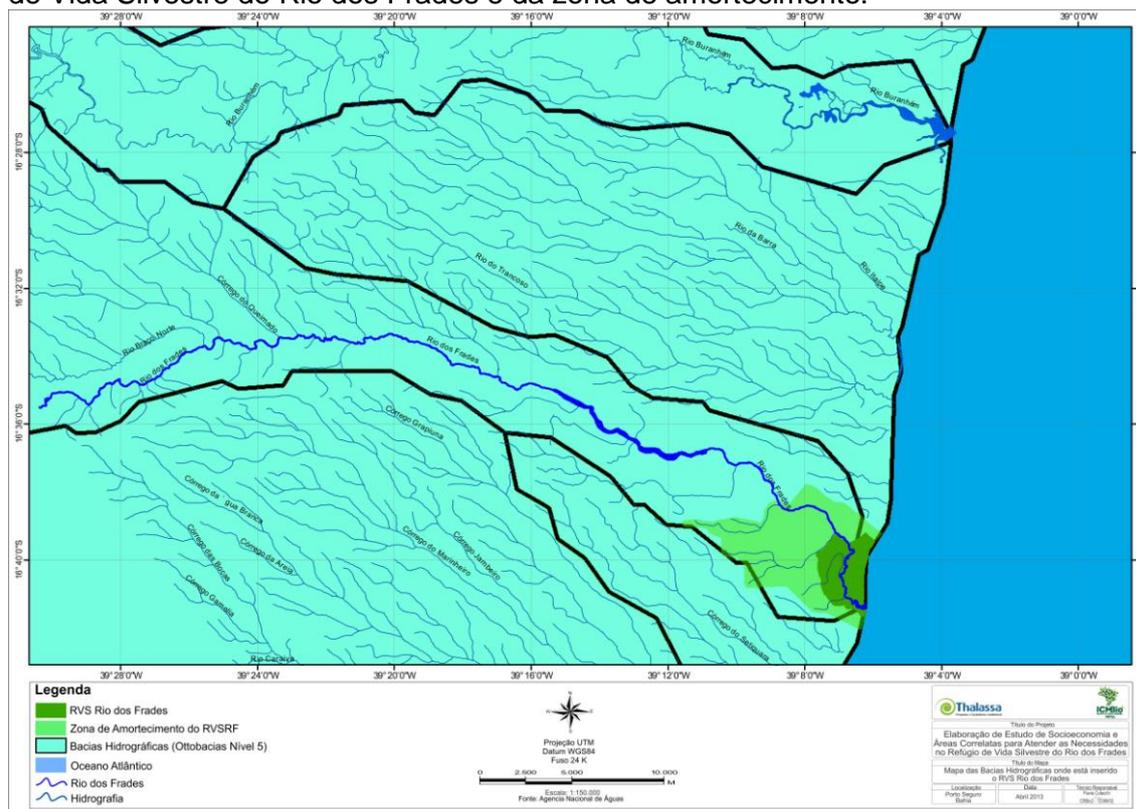


Figura 3 - Localização do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades, da zona de amortecimento e da terra indígena de Imbiriba.



A bacia do rio dos Frades e as microbacias vizinhas ocupam uma área de 2.251 km<sup>2</sup> limitada pelas bacias dos rios Caraíva ao Sul, Jucuruçu a sudoeste, Buranhém ao norte e o Oceano Atlântico a leste (Figura 4). O rio dos Frades possui 115 km de extensão (MMA/SRH, 1997) e nasce com o nome córrego do Frade no município de Guaratinga na Bahia. O córrego segue em sentido sudoeste até se encontrar com o rio Barriguda formando o rio dos Frades. Sua nascente está localizada no contraforte oriental das serras da Vista Alegre e do Pinhão em altitudes variando de 400 e 500 m (Sarmiento-Soares & Martins-Pinheiro, 2009).

Figura 4 – Bacia e microbacias do rio dos Frades e sua localização dentro do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades e da zona de amortecimento.



O acesso à sede do município de Porto Seguro pode ser feito de carro, ônibus ou avião. Não existe transporte de passageiros por trem ou navio. O trajeto por carro é feito inicialmente, pela rodovia federal BR101, tanto para quem vem da região sul quanto para quem vem da região norte. Ao chegar ao município de Eunápolis segue-se no sentido leste para entrar na BR 367 até a cidade de Porto Seguro. (Figura 5).

O transporte por ônibus segue o mesmo trajeto feito pelo transporte por carro, sendo que Porto Seguro é atendido pelo serviço de três companhias de ônibus interestaduais (Tabela 1).

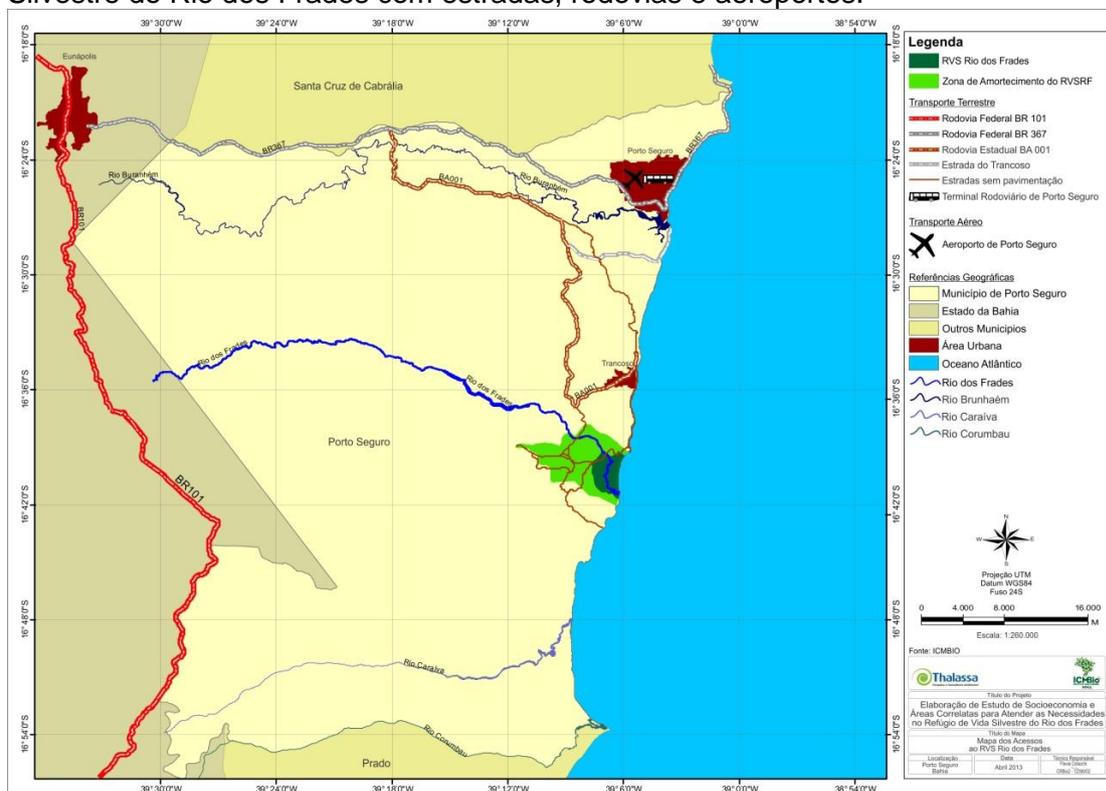
No que se refere ao transporte aéreo, a cidade de Porto Seguro desde 1982 possui um aeroporto. Em 1997 o aeroporto foi ampliado e reinaugurado, com novo terminal de passageiros e pátio para estacionamento de aeronaves. A pista de pouso também foi ampliada dando possibilidade para operação de aeronaves de grande porte. Atualmente este aeroporto é um dos que mais recebe vôos *charters* de todas as companhias aéreas brasileiras e internacionais.

Tabela 1 – Transporte rodoviário que atende a cidade de Porto Seguro.

Companhia	Origem	Destino
Viação São Geraldo	Belo Horizonte Rio de Janeiro São Paulo Goiânia	Terminal Rodoviário de Porto Seguro
Viação Águia Branca	Vitória Salvador	Terminal Rodoviário de Porto Seguro
Viação Novo Horizonte	Brasília	Terminal Rodoviário de Porto Seguro

A partir da cidade de Porto Seguro existem diversas estradas internas que levam até a área do RVS Rio dos Frades. O caminho mais utilizado segue pela rodovia estadual BA 001 até chegar ao trevo de acesso à estrada para Caraíva. Segue até o povoado de Itaporanga, dentro da ZA. A partir de Itaporanga pode-se ter acesso à UC utilizando-se uma das estradas de terra.

Figura 5 – Mapa de acessos ao município de Porto Seguro e ao Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades com estradas, rodovias e aeroportos.



### 3) METODOLOGIA

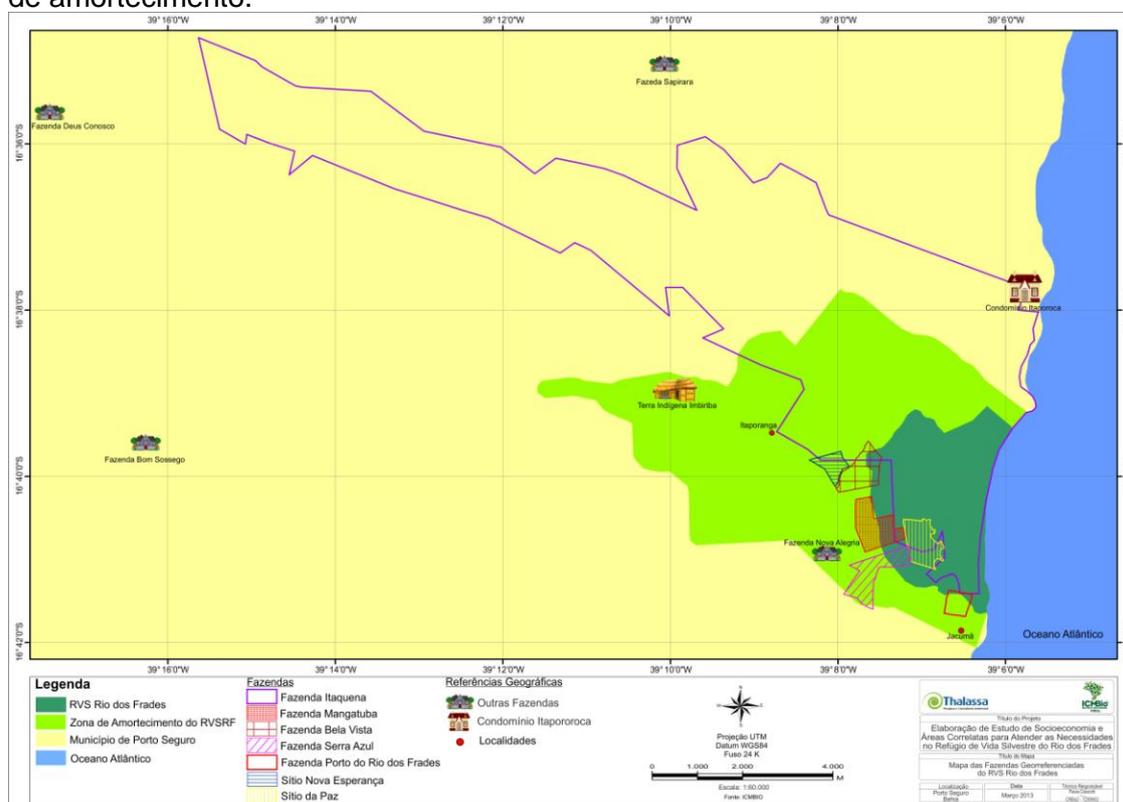
A metodologia empregada para a realização deste produto consiste em duas etapas principais, sendo elas: 1) levantamento bibliográfico e 2) trabalho de campo.

O levantamento bibliográfico foi realizado com ampla participação e apoio dos servidores do ICMBio que disponibilizaram para a equipe técnica da Thalassa vários arquivos em mídia digital e impressa, fundamentais para a elaboração desse trabalho.

A análise dos dados secundários obtidos nesses levantamentos bibliográficos foi a base para a elaboração dos itens relativos à legislação federal, estadual e municipal referente ao RVSRF, a origem do nome e o histórico de criação da unidade encontrados neste produto. O enfoque internacional também foi realizado através de pesquisas bibliográficas.

O trabalho de campo foi fundamental para levantar a capacidade operacional do RVSRF bem como seu apoio intra e interinstitucional. Os levantamentos de infraestrutura na área do RVSRF e na ZA foram obtidos com dados primários em pesquisa de campo, com aplicação de questionário com os moradores da UC e entrevistas com as lideranças da comunidade de Itaporanga e da terra indígena de Imbiriba. Na figura 6 são mostradas as áreas das fazendas dentro da ZA cujos moradores foram entrevistados pela equipe da Thalassa e as localidades inseridas dentro do RVSRF e sua ZA abordadas neste estudo.

Figura 6 - Localização das fazendas, da Terra Indígena de Imbiriba e da localidade de Itaporanga situadas na área do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades e na zona de amortecimento.



Os dados de infraestrutura do município de Porto Seguro foram obtidos por dados secundários de levantamento bibliográfico. Estes dados apresentam uma estrutura mais ampla e possuem uma relação menos acentuada com a área do RVSRF se comparada com as áreas de Itaporanga e Imbiriba.

Possivelmente, alguns desses dados poderão ser retomados com uma discussão ampliada no Produto 3 nos itens relativos a características da população ocupante do RVSRF, da ZA e região de influência ou no uso e ocupação do solo.

## 4) RESULTADOS

### 4.1) Contextualização Política da Unidade de Conservação e Análise Regional

A temática da proteção dos recursos naturais traz um preâmbulo de discussões políticas, econômicas, sociais e ecológicas realizadas ao longo dos últimos séculos, em especial após a Revolução Industrial no século XVIII (Prost, 2009).

Esse processo está relacionado com as alterações provocadas pela sociedade e pelo sistema de produção capitalista sobre o ambiente, causando uma sucessão de relações onde a natureza tem sido alterada ao longo dos tempos, enfrentando frequência e magnitude crescentes de fragmentação dos habitats e perda da biodiversidade (Castro Júnior *et al.*, 2009).

Com isso, se inicia um processo de criação de áreas protegidas que possui uma forte característica política, visto que se constitui em uma ação de ordenamento e gestão sobre o território que define, regulamenta e adequa os diferentes usos encontrados em uma determinada área com a proteção dos recursos naturais.

De um modo geral Medeiros (2003) apontou que o processo político para a criação das áreas protegidas seguem três ideias básicas, definidas em diferentes tempos históricos, sendo elas:

1. A ideia de controle do espaço através de uma conotação gerencial que vigorou até o séc. XIX;
2. A ideologia da preservação da paisagem como patrimônio coletivo e testemunho da natureza selvagem que vigorou do final do séc. XIX até a segunda metade do séc. XX;
3. A ideia central é proteger para resguardar as gerações futuras que vigora a partir da segunda metade do séc. XX e que teve ainda a questão da biodiversidade sobreposta a essa ideia central no séc. XXI.

O contexto político da criação de áreas protegidas é baseado nessas três ideias centrais, sendo usadas como fatores determinantes para a definição das áreas prioritárias a serem conservadas.

Não se pode deixar de destacar ainda que a discussão sobre a proteção da natureza é iminentemente política e, como tal, envolve disputa por interesses específicos e, muitas vezes, conflitantes, sobretudo no que diz respeito ao uso da terra. No caso brasileiro, esse aspecto político torna-se fortemente presente, pois as questões ambientais, muitas vezes, estão atreladas aos problemas sociais, tornando a disputa política mais intensa (Castro Júnior *et al.*, 2009).

Esse breve estudo demonstra que a análise da legislação de áreas protegidas é um tema complexo. Esta análise influi não apenas sobre os recursos naturais, mas compreende também todo o contexto social, econômico, cultural e político que envolve a área a ser protegida e as populações que estão ligadas a ela, realizando atividades de uso direto ou indireto.

#### 4.1.1) Legislação federal, estadual e municipal pertinente

##### ➤ Contexto político ambiental do Brasil

As alterações impostas pelo homem e pela sociedade ao longo dos séculos sobre o ambiente causaram uma série de danos ambientais, alguns inclusive irreversíveis a biota e aos sistemas naturais. Com isso, ao longo do tempo o poder público tem criado uma série de leis que busca controlar o uso dos recursos naturais e proteger a biodiversidade.

No Brasil, o início de discussão mais estruturada sobre a conservação da natureza, a partir da constituição de áreas protegidas, data do começo do século XIX, sob influência da conceituação de gerenciamento dos recursos naturais (Pádua, 2003). Nota-se, porém que essas medidas não foram implementadas por falta de incentivos, de gestão adequada e de um aparato legal bem estruturado.

É a partir da década de 1930 que a temática ambiental vai ganhar impulso no Brasil. Em 1934 foi realizada a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza no Rio de Janeiro. Um dos objetivos da conferência foi pressionar o governo federal para a criação de um sistema nacional de unidades de conservação (Sampaio, 1935).

A partir desse processo surge uma série de medidas de caráter jurídico e de gerenciamento, onde pode-se destacar o Código Florestal e o Código das Águas em 1934. O Código Florestal de 1934 negava o direito absoluto de propriedade, proibindo, mesmo em propriedades privadas, o corte de árvores ao longo dos cursos d'água, árvores que abrigavam espécies raras ou protegiam mananciais (Dean, 1997). O primeiro Código Florestal também tornou possível o estabelecimento de unidades de conservação no modelo como conhecemos hoje, criando as categorias de parques e florestas nacionais (Medeiros & Garay, 2006).

Em 1934 foi promulgada também a Constituinte e a conservação ambiental passou a fazer parte da lei máxima do país. Nas décadas de 40 e 50 o Brasil já possuía os alicerces de uma política efetiva de áreas protegidas no país, incluindo a gestão através de instrumentos jurídicos e institucionais já capitaneados pela Constituição democrática de 1946 (Castro Júnior *et al.*, 2009).

De acordo com Castro Júnior (2009) durante o período militar houve um crescimento da legislação federal em relação à proteção dos recursos naturais e instituição de unidades de conservação. Foram criados decretos que ampliaram a possibilidade de criação e manejo de áreas protegidas através da criação de novas categorias de UC como as Reservas Biológicas, as Estações e Reservas Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental. Essa diversificação das categorias de unidades de conservação veio atender a demandas específicas de conservação. Elas buscaram ampliar as possibilidades de adequação das áreas protegidas com as atividades econômicas realizadas na região da UC. Ainda no período militar houve a reedição do Código Florestal em 1965. O novo código trouxe como importante contribuição para a proteção dos recursos naturais a definição de Área de Preservação Permanente (APP), ampliando a proteção definida em lei para as antigas florestas protetoras. As APP passaram a incorporar as florestas nos topos de morro, margens de rios, em torno das nascentes, nas encostas íngremes e nas restingas. Além disso, foi definida também as reservas legais que os proprietários são obrigados a manter em suas propriedades, assim como a reposição florestal quando há remoção de floresta.

Outro papel desempenhado pelo governo militar foi a criação de um aparato de gestão para elaborar e executar a política ambiental do país, onde se destaca:

- criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em 1967, responsável por parte da execução da política ambiental, incluindo a gestão de todas as unidades de conservação federais existentes;

- criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) em 1973, responsável pela elaboração e execução de parte da política ambiental e órgão base para a criação do Ministério do Meio Ambiente;
- lançamento da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), importante instrumento jurídico-institucional da gestão ambiental brasileira que já previa a implantação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA);
- criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), órgão máximo do SISNAMA e condutor da PNMA, exercendo papel fundamental na discussão das políticas públicas afins.

Durante o processo de redemocratização, segundo Castro Júnior *et al.* (2009), a temática ambiental continua sendo fortalecida, com destaque para:

- criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente em 1985 que se consolidou como Ministério do Meio Ambiente em 1999, sendo a instituição responsável por formular e executar a política ambiental brasileira;
- consolidação da política ambiental na Constituição de 1988 que traz um capítulo específico sobre meio ambiente;
- criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 1989 que passou a gerir todas as unidades de conservação federais do país. Cabe ao IBAMA estimular a implantação de áreas protegidas estaduais e municipais, sendo o órgão responsável pela manutenção ou recuperação da qualidade ambiental das unidades de conservação e também pela conservação da integridade dos ecossistemas que as formam, por meio até mesmo de fiscalização e punição;
- criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em 2007. Desmembrado do IBAMA, o ICMBio é responsável pelas Unidades de Conservação instituídas pela União; pela definição e aplicação de estratégias para a proteção de espécies ameaçadas; por dar apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN); pela execução de políticas relativas ao uso de recursos naturais renováveis, incluindo aí o trabalho com as populações tradicionais que ali se encontram e relacionam com o ambiente; fomentar e executar programas relativos à sustentabilidade e educação ambiental; e promover e executar programas relativos às práticas ecoturísticas em unidades de conservação que permitam que tais atividades sejam executadas.

Esse breve contexto político busca dar uma base para a análise da legislação que envolve a criação de unidades de conservação, que se apresentam definidas no SNUC.

### ➤ **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

Ao longo do século XX o Brasil passou por uma série de medidas políticas e institucionais que buscavam criar e implementar uma política nacional de meio ambiente que atingisse a proteção do ambiente e da biodiversidade.

Esse processo sofreu uma série de obstáculos, em especial a não existência de sistema de unidades de conservação. Este fato dificultava a definição de uma política de Estado para as unidades existentes, já que os objetivos e as formas de gestão

eram individualizados para cada categoria, não havendo padronização (Castro Júnior *et al.*, 2009).

Na busca de superar essa dificuldade, em 1992 o Poder Executivo apresentou o Projeto de Lei n.º 2.892, visando criar um novo SNUC, buscando eliminar contradições e aspectos redundantes, além de preencher as lacunas existentes (Soavinski, 1997).

Apresentado em 1992 o SNUC levou oito anos para ser aprovado, fruto de um intenso debate entre as correntes ambientalistas (preservacionista e conservacionista). Após esses debates a proposta foi aprovada em 2000 na Lei n.º 9.985/00 e regulamentada em 2002 pelo Decreto n.º 4.340/02.

Essa lei criou aparato técnico, jurídico e conceitual que possibilita uma gestão mais adequada às unidades de conservação. Ela descreve os objetivos, diretrizes e limites de atividades de cada categoria, balizando os processos de tomada de decisão das diferentes instâncias envolvidas na gestão ambiental (Castro Júnior *et al.*, 2009).

O SNUC (Brasil, 2000) divide as Unidades de Conservação do Brasil em dois grupos. As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei. As Unidades de Uso Sustentável buscam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (artigo 7º).

A categoria RVS é considerada como uma UC de Proteção Integral (artigo 8º) e seu objetivo é proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória (artigo 13). Está previsto no SNUC a possibilidade de haver áreas particulares nos RVS, desde que estejam em conformidade com os objetivos da UC, a visitação pública e a realização de pesquisas científicas.

No 2º parágrafo do artigo 31 as áreas particulares localizadas em RVS e Monumentos Naturais podem ser criados animais domésticos e cultivadas plantas consideradas compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Manejo.

#### **4.1.2) Legislação pertinente a proteção dos recursos naturais no Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades**

A legislação ambiental apresenta uma série de medidas que visa sobre a proteção dos recursos naturais, e cada uma delas busca atender as particularidades de um determinado ambiente, espécie, manejo, etc.

Busca-se aqui elencar algumas das principais legislações que pode ter alguma relação direta com a gestão ambiental na área do RVSRF.

A lei maior do Brasil, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), já indica para a questão da conservação dos recursos naturais e proteção do meio ambiente quando em seu artigo 225 define que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Uma das formas de defender e preservar esses recursos naturais pode ser a criação de unidades de conservação. De acordo com o artigo 2º do SNUC estas unidades correspondem a um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público. Essas unidades têm como um dos objetivos a conservação e os limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Outro importante instrumento que regulariza o uso dos recursos naturais é a lei n.º 12.651/12 que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e revoga o Código Florestal de 1965.

Uma das principais características acerca da proteção ambiental contida na lei n.º 12.651/12 refere-se à APP definida em seu artigo 3º como área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (Brasil, 2012).

São áreas de preservação permanente existentes dentro do RVSFRF:

- as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, com variação de sua largura protegida em relação à largura do curso d'água;
- as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais;
- as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 metros;
- as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;
- as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
- os manguezais, em toda a sua extensão;
- as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 metros em projeções horizontais.

O artigo 61-A do Código Florestal autoriza nas Áreas de Preservação Permanente, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008. O parágrafo 16 do mesmo artigo diz ainda que as Áreas de Preservação Permanente localizadas em imóveis inseridos nos limites de Unidades de Conservação de Proteção Integral criadas por ato do poder público até a data de publicação desta lei não são passíveis de ter quaisquer atividades consideradas como consolidadas. Ressalva-se que conforme o Plano de Manejo elaborado e aprovado de acordo com as orientações emitidas pelo órgão competente do SISNAMA, nos termos do que dispuser regulamento do Chefe do Poder Executivo, o proprietário, possuidor rural ou ocupante a qualquer título, deve adotar todas as medidas indicadas (Brasil, 2012).

Outra regulamentação importante da Lei n.º 12.651/12 trata-se da Reserva Legal que corresponde a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do

imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

A referida lei define também em seu artigo 11-A que a zona costeira é patrimônio nacional, nos termos do parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, devendo sua ocupação e exploração dar-se de modo ecologicamente sustentável.

Por estar numa área de litoral, o RVSFR também está sujeito às diretrizes da lei de Gerenciamento Costeiro, criada pelo Decreto Lei n.º 3.438/41.

Essa lei define em seu artigo 1º os terrenos de marinha que correspondem, em uma profundidade de 33 metros, medidos para a parte de terra, do ponto em que se passava a linha do preamar médio de 1831: a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés; b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés (Brasil, 1941).

O artigo 2º acrescenta ainda que são terrenos acrescidos de marinha os que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento nos terrenos de marinha.

Ainda que muitas dessas áreas estejam ocupadas o artigo 3º define que a União não reconhece e tem por insubsistentes e nulas quaisquer pretensões sobre o domínio pleno de terrenos de marinha e seus acrescidos.

Por estar em uma área de Mata Atlântica com elevado grau de preservação é imprescindível que se considere os dispostos na lei n.º 11.428/06 regulamentada pelo Decreto n.º 6.660/08 (Brasil, 2008).

O artigo 6º da lei da Mata Atlântica dispõe que a proteção e a utilização do bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social (Brasil, 2006).

A referida lei possui como grande contribuição a proibição do corte, supressão e exploração da vegetação do bioma Mata Atlântica em estágio de vegetação primária ou secundária. Nesse último caso, considerando os diferentes estágios de regeneração que a vegetação secundária se encontre.

O artigo 11 veda o corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do bioma Mata Atlântica quando a vegetação proteger o entorno das unidades de conservação (Brasil, 2008).

A Lei da Mata Atlântica traz ainda importantes contribuições de uso direto e indireto dos recursos naturais da floresta através de manejo sustentável da flora nativa. No caso do RVSFR, por ser uma Unidade de Proteção Integral, mas que mantém as propriedades particulares e permite o desenvolvimento de atividades que sejam compatíveis com seu objetivo de criação, é fundamental que se planeje a introdução dessas formas de manejo. Esse processo corrobora para o desenvolvimento socioeconômico das suas populações residentes e de entorno.

Assim, são importantes instrumentos da Lei da Mata Atlântica a autorização de corte, supressão e exploração da vegetação secundária em estágio médio de regeneração

do Bioma Mata Atlântica somente quando necessários ao pequeno produtor rural e populações tradicionais para o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à sua subsistência e de sua família, ressalvadas as áreas de preservação permanente e, quando for o caso, após averbação da reserva legal (artigo 23).

A lei supracitada aborda ainda que no Bioma Mata Atlântica é livre a coleta de subprodutos florestais tais como frutos, folhas ou sementes, bem como as atividades de uso indireto, desde que não coloquem em risco as espécies da fauna e flora, observando-se as limitações legais específicas e em particular as relativas ao acesso ao patrimônio genético, à proteção e ao acesso ao conhecimento tradicional associado e de biossegurança (artigo 18).

Garante por fim a exploração eventual, sem propósito comercial direto ou indireto, de espécies da flora nativa, para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais ou de pequenos produtores rurais, independe de autorização dos órgãos competentes, conforme regulamento. Afirma ainda, que os órgãos competentes, sem prejuízo do disposto no capítulo deste artigo, deverão assistir as populações tradicionais e os pequenos produtores no manejo e exploração sustentáveis das espécies da flora nativa (artigo 9º).

Nota-se que um importante caminho para a gestão do RVSFRF é a introdução de atividades sustentáveis, ainda que de uso indireto ou de manejo sustentável. De modo que possam garantir a proteção ambiental e o desenvolvimento socioeconômico de maneira sustentável.

Por outro lado, não se pode corroborar de forma alguma com as iniciativas que sejam diagnosticadas e que causem danos irreversíveis ao meio ambiente. Nesse contexto, a legislação de crimes ambientais, lei nº 9.605/98, é bem clara, ao considerar as diversas ações danosas ao meio ambiente que se constituem em crime, em especial àqueles cometidos contra a fauna e flora (Brasil, 1998).

No nível federal merece destaque ainda a inserção do RVSFRF na área tombada, denominada Sítio do Descobrimento do Brasil, pelo IPHAN.

De acordo com o artigo 216 da Constituição Federal (Brasil, 1988) constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem, dentre outros, as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O município de Porto Seguro possui um conjunto significativo de bens materiais e imateriais que levou o IPHAN a fazer o tombamento de todo o município como Patrimônio Histórico de valor arquitetônico e paisagístico em 01 de março de 1974, sendo ainda erigido o município a Monumento Nacional pelo Decreto n.º 72.107 de 18 de abril de 1973.

A área Tombada do Sítio do Descobrimento do Brasil compreende expressiva faixa litorânea dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, com extensão aproximada de 60 km de comprimento por 3 km de largura, somados aos 30 km que levam ao Monte Pascoal. Essa área possui regramento específico que é gerenciado pelo IPHAN (IPHAN, 2013).

### ➤ **A legislação estadual**

A Constituição do estado da Bahia em seu artigo 11 apresenta como uma das competências do estado a proteção do meio ambiente e o combate a poluição em qualquer de suas formas, preservando as florestas, a fauna e a flora (Bahia, 2003).

Incumbe ainda ao estado, concorrentemente com a União, legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (artigo 12).

A constituição da Bahia trata ainda o tema do meio ambiente com enfoque especial do Capítulo VIII. Dentre as importantes medidas para a proteção ambiental pode-se destacar a criação do CEPRAM, colegiado normativo e deliberativo, tripartite, composto paritariamente de representantes do Poder Público, entidades ambientalistas e outros segmentos da sociedade civil, o qual deverá, entre outras competências definidas em lei, formular a política estadual de meio ambiente.

Consta ainda o artigo 221 dessa lei que as florestas nativas existentes no estado são consideradas indispensáveis ao processo de desenvolvimento equilibrado e à sadia qualidade de vida de seus habitantes e não poderão ter suas áreas reduzidas, devendo ser demarcadas pelo estado, através de zoneamento agroecológico.

A constituição da Bahia prevê ainda em seu artigo 214 a garantia de livre acesso às praias, proibindo-se qualquer construção particular, inclusive muros, em faixa de, no mínimo, 60 metros, contados a partir da linha da preamar máxima. O acesso às praias é um fator que tem gerado conflitos entre o povoado de Itaporanga e os proprietários, visto que a comunidade tem anseios de obter um caminho até a praia.

Outra importante legislação estadual que traz implicações na área do RVSRF é a Resolução CEPRAM n.º 2532/00 que define o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da Área de Proteção Ambiental Caraíva-Trancoso.

O artigo 1º dessa resolução coloca com objetivo do ZEE da APA Caraíva-Trancoso garantir a conservação dos remanescentes de Mata Atlântica e exemplares raros de fauna local e regional, assim como assegurar o desenvolvimento econômico, dando ênfase à atividade turística voltada para o ecoturismo (CEPRAM, 2000).

O RVSRF possui uma área sobreposta a Zona de Vida Silvestre (ZVS) da APA Caraíva-Trancoso que define que nos empreendimentos em que a área da propriedade contém vegetação protegida por lei estas frações deverão ser preservadas, não podendo ser parceladas ou desmembradas, devendo obrigatoriamente ser de domínio condominial, destinadas à conservação ambiental, podendo ser transformadas em RPPN (artigo 6º).

### ➤ **A legislação municipal**

A legislação do município de Porto Seguro, assim como a legislação federal e estadual fortalece o comprometimento com a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Esse comprometimento com o ambiente está previsto na Lei Orgânica do Município de Porto Seguro de 1990.

Para garantir esse direito à população, está previsto no artigo 104 da Lei Orgânica, que o Poder Municipal deve elaborar e implantar, através de lei, um Plano Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais que contemplará a necessidade do

conhecimento das características e recursos dos meios físico e biológico, de diagnóstico de sua utilização e definição de diretrizes para o seu melhor aproveitamento no processo de desenvolvimento econômico-social (Porto Seguro, 1990).

São importantes instrumentos e ações que o Poder Público Municipal pode instituir com vistas à proteção do meio ambiente: preservar e restaurar o patrimônio municipal, exigir estudos prévios de impacto ambiental em atividades potencialmente impactantes, definir o uso e ocupação do solo, estimular e promover o reflorestamento de áreas degradadas, estimular pesquisas, entre outras previstas no artigo 105.

A Lei Orgânica ainda prevê que é obrigatória a recuperação da vegetação nativa nas áreas protegidas por lei e todo proprietário que não respeitar restrições ao desmatamento deverá recuperar essas áreas (artigo 108).

Um instrumento importante na gestão ambiental do município é o Conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão colegiado de deliberação superior, composto, paritariamente, por representantes do Poder Público, entidades ambientalistas, representantes da sociedade civil, que entre outras competências definidas em lei, deverá: analisar, aprovar ou vetar qualquer projeto, público ou privado, que implique em impacto ambiental (artigo 109).

Ainda com base na Lei Orgânica o Decreto Municipal n.º 092/98 (Porto Seguro, 1994) em seu artigo 4º proíbe o trânsito de animais de aluguel nas praias do distrito de Trancoso. Essa medida é importante a fim de reduzir possíveis impactos na vegetação e no relevo de acesso as praias, bem como da poluição do solo e dos recursos naturais pelos excrementos desses animais.

Buscando preservar o ambiente litorâneo o Decreto Municipal n.º 187/94 (Porto Seguro, 1994) proíbe em seu artigo 1º o tráfego de qualquer tipo de veículo motorizado em todas as praias do município de Porto Seguro. Esta é uma medida importante para garantir a conservação dos recursos naturais e a segurança dos frequentadores das praias.

### **4.1.3) Instrumentos de gestão**

#### **➤ Mosaicos**

Na busca de integrar as ações entre as diversas unidades de conservação os mosaicos são um importante instrumento de gestão.

Como instrumento de gestão integrada os mosaicos, que de acordo com o SNUC no seu artigo 26 pode ser reconhecido quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico (Brasil, 2000). A gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

O Decreto n.º 4.340/02 descreve que os mosaicos devem ser reconhecidos por ato do MMA e de que esse conjunto de unidades disponha de um conselho de caráter consultivo e com função de atuar como instância de gestão integrada, compatibilizando e otimizando as atividades de pesquisa, fiscalização e manejo das unidades do mosaico. Como regulamentados do ato reconhecimento de mosaicos

deve-se observar a Portaria nº 482, de 14 de dezembro de 2010 do MMA (MMA, 2010a).

O RVSFR está inserido no Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES), reconhecido pela Portaria nº 492 de 17 de dezembro de 2010 (MMA, 2010b) e visa implantar uma gestão integrada e participativa entre as unidades de conservação encontradas nessa região.

Participam do Mosaico do Extremo Sul da Bahia as seguintes unidades de conservação e suas áreas de amortecimento:

- sob a gestão do ICMBio:

- a) Parque Nacional do Pau Brasil;
- b) Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal;
- c) Parque Nacional do Descobrimento;
- d) Reserva Extrativista Marinha do Corumbau;
- e) Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades;

- sob a gestão da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA):

- a) Área de Proteção Ambiental de Caraíva-Trancoso;
- b) Área de Proteção Ambiental Coroa Vermelha;

- sob a gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Seguro:

- a) Parque Municipal Marinho do Recife de Fora;

- sob a gestão dos proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN's federais:

- a) Reserva Particular do Patrimônio Natural Veracel;
- b) Reserva Particular do Patrimônio Natural Manona;
- c) Reserva Particular do Patrimônio Natural Carroula;
- d) Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio Jardim.

### ➤ **Corredores Ecológicos**

O corredor ecológico é um instrumento de gestão territorial que de acordo com o SNUC são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (Brasil, 2000).

Utilizando o conceito de corredores ecológicos de uma forma mais ampla, o Corredor Central foi fundamentado para a gestão estratégica da paisagem. Essa concepção engloba todas as áreas protegidas e os interstícios entre elas. Sendo que, os cordões de vegetação nativa que conectam fragmentos definidos como corredores ecológicos no SNUC (MMA, 2010a) são um dos componentes dos corredores, mas não o único.

O RVSFR está inserido no Corredor Central da Mata Atlântica que abrange o sul da Bahia, quase totalidade do Espírito Santo e pequenas áreas do leste de Minas Gerais cobrindo cerca de 12 milhões de hectares com aproximadamente 12% de sua área coberta por floresta nativa.

O bioma Mata Atlântica ocupa posição de destaque em biodiversidade, quando comparada aos demais ecossistemas terrestres. É um dos principais centros de endemismo do planeta, apesar de ameaçada pela redução e fragmentação de seus

habitats. Esse bioma, que já perdeu cerca de 93% da cobertura vegetal original, compõe a quinta área mais ameaçada e rica em espécies endêmicas do mundo. Apesar da devastação acentuada, ele ainda abriga uma parcela significativa da diversidade biológica no Brasil. É considerado uma das 25 áreas prioritárias no planeta para a conservação da biodiversidade (*hotspots*). A conservação da Mata Atlântica é, pois, considerada prioritária para a manutenção da diversidade biológica no continente americano (Dinerstein *et al.*, 1995).

O Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) é considerado uma das áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade do planeta. Os títulos de Reserva da Biosfera e de Sítio do Patrimônio Natural Mundial reconhecem essa importância e indicam a necessidade de medidas efetivas de proteção.

O CCMA é apoiado pelo Projeto Corredores Ecológicos, sendo integrante do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. No estado da Bahia o Projeto Corredores Ecológicos conta com uma coordenação estadual (UCE/BA) vinculada a SEMA, responsável pelo seu acompanhamento junto aos demais órgãos parceiros executores.

Inserido no CCMA há os corredores prioritários. Esta linha de ação do Projeto Corredores Ecológicos (PCE), anteriormente chamada de minicorredores, tem como objetivo planejar e implementar corredores prioritários nas Áreas Focais do CCMA.

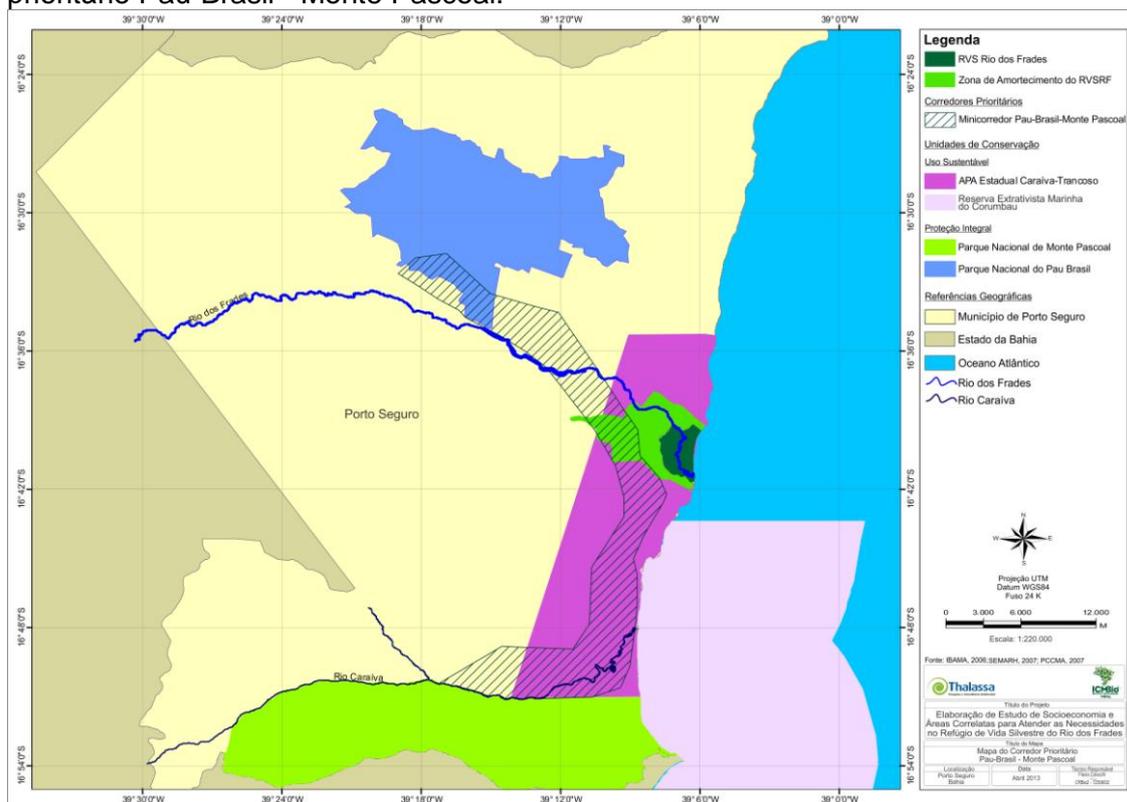
Os corredores prioritários irão possibilitar o estabelecimento e a manutenção da conectividade entre as unidades de conservação e os fragmentos florestais. Na formação dos corredores prioritários são fundamentais: o estabelecimento de conectividade e a busca de alternativas sustentáveis de uso dos recursos naturais, compatíveis com a conservação.

Foram definidos nove corredores prioritários para a Bahia, dentre eles o Corredores prioritários do Pau-Brasil - Monte Pascoal no qual o RVSRF está inserido (Figura 7). Este corredor está localizado no município de Porto Seguro e promove a conexão entre o Parque Nacional do Pau Brasil e o PN Monte Pascoal, em uma área de 189.960 ha.

Esta região proporciona aos seus visitantes o contato com um extraordinário bloco de remanescente de mata ombrófila. No PN do Pau Brasil ocorre uma rica fauna terrestre, com destaque para espécies ameaçadas de extinção como: a onça-pintada, harpia, jaguatirica, anta, preguiça-de-coleira, ouriço-preto, macaco-barbado, lontra, diferentes espécies de pássaros e diversos insetos. A vegetação do PN Pau Brasil é extremamente variada e o grau de endemismo é um dos maiores do mundo (Corredores ecológicos da Mata Atlântica da Bahia, 2013).

É nesse contexto que está inserido o RVSRF. Por possuir uma grande importância em remanescentes florestais, além de uma beleza cênica e uma grande biodiversidade em ecossistemas como mangues, brejos e restingas, esta região foi transformada em área prioritária para a conservação dos recursos naturais do Bioma Mata Atlântica na porção do extremo sul da Bahia.

Figura 7 - Localização do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades no corredor prioritário Pau-Brasil - Monte Pascoal.



#### 4.1.4) Histórico de criação do Refúgio de Vida Silvestre Rio dos Frades

A criação do RVSRF teve sua proposta iniciada já no ano de 2002 quando as organizações não governamentais *Conservation International* (CI) do Brasil, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB) e a Associação Flora Brasil elaboraram um estudo para ampliação do território sob proteção integral na porção baiana do CCMA solicitado pelo MMA. Desse trabalho surgiram propostas de ampliação de unidades de conservação existentes, bem como a criação de novas áreas protegidas (Timmers, 2002).

No ano seguinte outro trabalho foi realizado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, assessorada pelo Grupo de Trabalho do Bioma Mata Atlântica, criado pela Portaria n.º 221 de 09 de maio de 2003 do MMA (MMA, 2003) que elencou as áreas e regiões prioritárias para a criação e ampliação de unidades de conservação e corredores ecológicos. Uma dessas áreas representa a região do Baixo-Sul, Sul e Extremo-Sul da Bahia, onde se insere o RVSRF.

Essa região apresenta um dos mais significativos conjuntos de remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados da região Nordeste. Estas áreas estão sob risco imediato de destruição, necessitando de intervenção urgente do Poder Público visando garantir a sua proteção a longo prazo.

A exposição geral dos motivos para a criação e ampliação das áreas protegidas na região já aponta a importância internacional da criação de unidades de conservação. A partir da Declaração de Bali de 1982 já se observa a importância das áreas protegidas como elementos indispensáveis para a conservação da biodiversidade. Estas áreas

asseguram a manutenção de amostras representativas de ambientes naturais, da diversidade de espécies e de suas variações genéticas, além de promover oportunidades para a pesquisa científica, educação ambiental e turismo.

Por estar em uma área de Mata Atlântica essa área assume um caráter ainda mais notório de preservação. Apenas 2% do território desse bioma é composto por unidades de conservação de proteção integral. Estas áreas são dedicadas primordialmente à proteção da biodiversidade e seus processos naturais, com severas restrições de uso.

Além de possuir uma área de proteção integral pequena, a biodiversidade do bioma da Mata Atlântica sofre com a distribuição irregular dessas unidades, que nem sempre possuem áreas contínuas que possibilitam a formação de corredores ecológicos que permitam a circulação de espécies de fauna.

No caso da região Nordeste esse processo se torna ainda mais grave, pois além de não estarem bem distribuídas, as áreas protegidas existentes são pequenas e isoladas, comprometendo a manutenção dos processos ecológicos evolutivos.

Na Bahia, as maiores florestas do extremo sul estão localizadas na Costa do Descobrimento nos parques nacionais do Monte Pascoal e Pau Brasil, em Porto Seguro, Parque Nacional do Descobrimento em Prado e nas estações Veracruz e Pau-Brasil, totalizando uma área de cerca de 85.000 ha, representando menos de 3% da área total do extremo sul da Bahia (3.200.000 ha, aproximadamente). Nesta região, foram identificadas árvores de 27 espécies diferentes em apenas um hectare. A diminuição desse patrimônio genético tem implicações incalculáveis para a agricultura, silvicultura, pesca e para o turismo e outras atividades econômicas (EMBRAPA, 2003).

É evidente que algumas espécies arbóreas foram exploradas quase à exaustão, como o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*). O pau-brasil foi explorado e exportado para a Europa, desde o descobrimento do país até o século passado, bem como, o jacarandá (*Dalbergia nigra*) na década de 60. Outras, como a juçara (*Euterpe edulis*), utilizada na extração do palmito, vêm sendo exploradas continuamente reduzindo drasticamente o tamanho de suas populações (EMBRAPA, 2003).

Como a região da Mata Atlântica foi a mais usada e degradada ao longo da colonização brasileira e algumas áreas como a região do extremo sul da Bahia ainda se encontram sob uma grande pressão de uso, torna-se urgente a criação de medidas que garantam a conservação das poucas porções significativas da paisagem ainda preservadas.

Uma importante medida que visa combater essa fragmentação das unidades de conservação e diminuir a pressão antrópica sobre as UC é a proposta de criação de corredores ecológicos.

No caso dessa região o CCMA incorpora esse conceito, visando o planejamento de uma região prioritária do bioma, tendo as UC como núcleos de proteção e referência para a conservação da biodiversidade regional. Para atingir esse objetivo são necessárias a criação de áreas protegidas adicionais, a introdução de estratégias mais adequadas de uso da terra e a recuperação de trechos degradados em áreas-chave.

O CCMA é limitado ao norte pelo rio Jequiriçá e ao sul pelo rio Itapemirim, no Espírito Santo, cobrindo cerca de 8,6 milhões de hectares.

Essa área apresenta uma grande biodiversidade de fauna e flora, além de conter muitas espécies ameaçadas de extinção e de distribuição restrita como o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), o macaco-prego-de-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*), o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), o gavião-real (*Harpia harpyja*), o macaco guariba (*Allouata belzebul*), a onça pintada (*Panthera onca*) e o macaco monocarvoeiro ou miquiqui-do-norte (*Brachyteles arachnoides*), um dos três primatas mais ameaçados do mundo.

O CCMA conta ainda com a presença de 50% das espécies de aves endêmicas da Mata Atlântica. É rico em anfíbios com alto nível de endemismo e apresenta uma diversidade excepcional para plantas, incluindo algumas ameaçadas como o jacarandá-da-Bahia (*Dalbergia nigra*), arruda vermelha (*Swartzia euxylophora*), braúna (*Melanoxylon brauna*) e pau-brasil (*Caesalpinia echinata*).

Os ecossistemas terrestres desta região são extremamente importantes, não só para a biodiversidade da Mata Atlântica, como também para a proteção das bacias hidrográficas, e por consequência, dos recifes de coral e outros ecossistemas marinhos no parcel de Abrolhos, Reserva Extrativista do Corumbau, Parque Nacional Marinho de Abrolhos e demais áreas marinhas ao longo do Corredor Central. Esta região constitui-se no maior e mais rico conjunto de recifes de coral do Atlântico Sul, com altíssimo grau de endemismo da fauna marinha.

Dentro do CCMA a região da bacia hidrográfica do rio dos Frades apresenta também um elevado valor para a preservação, seja através de seus atributos naturais, diversidade biológica ou presença de espécies ameaçadas.

Essa área é constituída por uma restinga resultando do acúmulo de areia na desembocadura do rio, formando dunas cobertas de vegetação com grande riqueza de orquídeas e bromélias, várias delas únicas do extremo sul da Bahia.

As restingas do rio dos Frades são as restingas arbustivas mais preservadas de todo o extremo sul da Bahia, tendo sido considerada como prioritária para a conservação da biodiversidade das restingas pelo *workshop* “Avaliação e Ações Prioritárias para as Zonas Costeira e Marinha” por seu elevado grau de preservação com alta diversidade de espécies e elevados índices de endemismo. Essas restingas quaternárias abrigam ainda formações geológicas de grande valor cênico, que pode ter inclusive utilização turística.

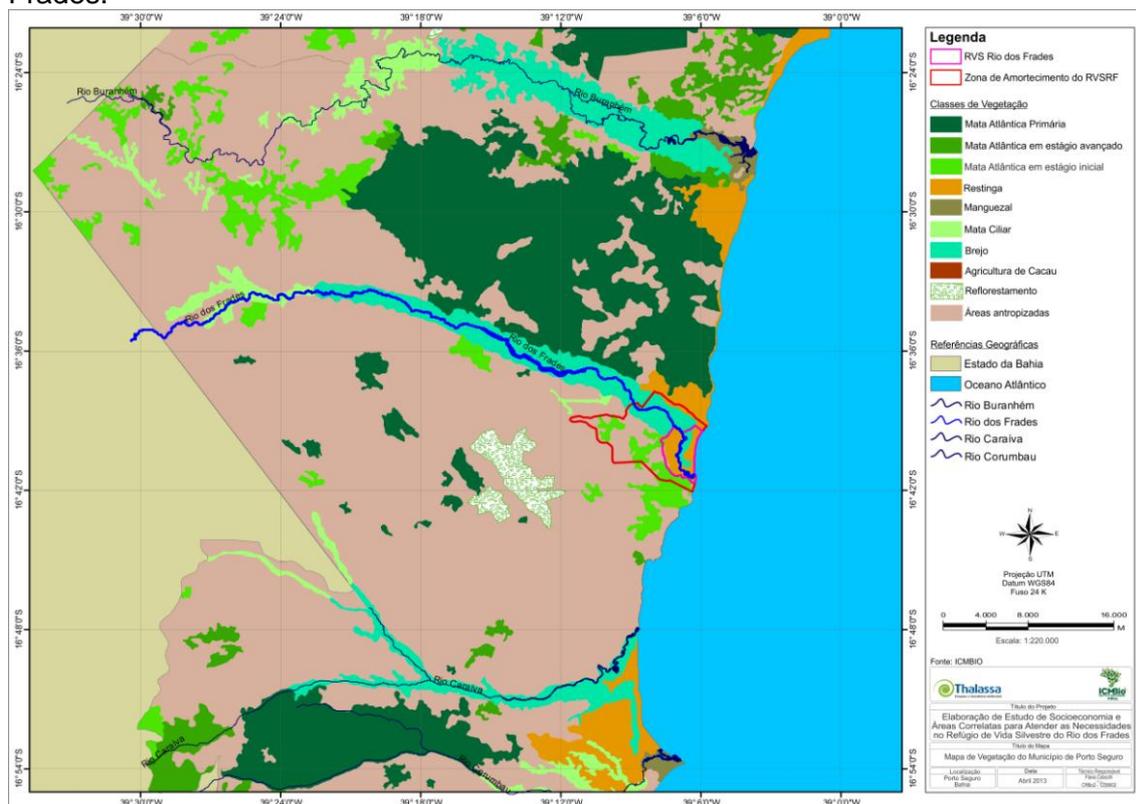
A área do rio dos Frades apresenta ainda uma alternância de brejos, manguezais e restingas (Figura 8) que a tornam uma área rica em biodiversidade e ecossistemas altamente relevantes para a preservação ambiental.

Estudos realizados ainda indicam que nessa área está presente a maior concentração conhecida de cajueiros nativos ainda em estado original.

Foi encontrada também, por pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), uma população da espécie de calango endêmico e ameaçado de extinção o *Cnemidophorus nativo* (Rocha *et al.*, 2005).

Vale ressaltar ainda a presença de recifes de corais em frente à Ponta de Itaquena. Esta é uma importante área de alimentação da tartaruga-marinha-verde (*Lepidochelys oliveacea*), cuja conservação depende da integridade dos ecossistemas costeiros. Além disso, a área de praia dessa região é também uma zona de desova de espécies de quelônios, tais como tartaruga-comum (*Caretta caretta*) e a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*).

Figura 8 – Classes de vegetação da área do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.



A partir de toda essa riqueza de ecossistemas de brejos, manguezais e restingas com toda a biodiversidade de fauna e flora encontrada e acentuada pelo número de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, além da preservação do Bioma da Mata Atlântica, justificava-se a criação de uma unidade de proteção integral na área a fim de proteger esses recursos naturais da pressão causada pela ação antrópica, em especial pela expansão demográfica de locais próximos e pela necessidade de regulamentação e ordenamento dos usos, em especial do turismo, do artesanato e da pecuária.

O artigo 22 do SNUC indica que a criação de uma UC deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. Para atender a esse artigo foi realizada uma “Proposta Consolidada para a Criação do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades” elaborada pela “Equipe Técnico-científica para a ampliação da Rede de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Baixo Sul, Sul e Extremo Sul da Bahia”.

Esse trabalho técnico expõe de modo objetivo a síntese da proposta de criação do RVSRF com uma breve descrição biológica e socioeconômica da região e com a exposição dos principais motivos que embasam a referida proposta.

Foi realizado também um “Estudo Socioeconômico visando subsidiar a criação / ampliação de UC no sul da Bahia”, onde se destaca a elaboração de um Laudo Socioeconômico do Rio dos Frades que fez um importante diagnóstico da área proposta para a criação do RVSRF, indicando ainda algumas propostas para o desenvolvimento da região.

Ainda em conformidade com o artigo supracitado do SNUC foi realizada uma Consulta Pública no dia 09 de junho de 2006 no Centro Cultural de Porto Seguro. As consultas públicas são instrumentos importantes para recolher subsídios sobre a configuração (localização, dimensões e limites das unidades).

Nas entrevistas realizadas com os moradores do RVSRF se notou que, em sua maior parte, eles não estiveram presentes na Consulta Pública. Possivelmente isso aconteceu pela dificuldade de acesso a informação e ao local do evento, pois o deslocamento é difícil pelas poucas alternativas de transporte na área.

A participação do Sr. Moacyr de Andrade, principal proprietário das áreas destinadas à criação do RVSRF, foi decisiva na delimitação final da UC, evitando a expansão da mesma para sua área de criação de bubalinos. Segundo estudos de criação da Unidade, uma das propostas iniciais era incluir no Refúgio parte da área inundável do Rio dos Frades, até a ponte da estrada Trancoso-Caraíva, somando mais 450 ha à Unidade.

Consta ainda nos arquivos do processo de criação do RVSRF uma proposta do Sr. Moacyr de Andrade de criar uma RPPN como alternativa a criação do Refúgio. Esse projeto não teve continuidade, em especial depois da definição final da área de abrangência do RVSRF.

Depois das consultas e audiências públicas a região proposta para o Refúgio não incluiu a área que compreende a criação de bubalinos, ficando com uma área aproximada de 893 hectares.

Definida a importância ecológica da região pela presença dos atributos naturais e pela grande biodiversidade de fauna e flora e pelos estudos técnicos realizados e consultas públicas previstas pelo SNUC, o RVSRF foi criado por Decreto Presidencial s/nº em 21 de dezembro de 2007 (Brasil, 2007).

#### **4.1.5) Origem do nome**

O nome do Rio dos Frades foi cunhado, segundo o livro “Princípios da Igreja no Brasil”, pelo Frei Odúlio Van der Vat. Sua origem está associada ao afogamento de um frade franciscano, em 1515. Sarmiento-Soares & Martins-Pinheiro (2009) destacam uma citação de domínio público enfatizando que é “muito visitado na época das cheias, quando suas águas se elevam a muitos metros de altura, inundando o vale e ocupando uma vasta extensão. Nessa ocasião, o belo espetáculo que o rio oferece assemelha-se à paisagem do pantanal, com suas garças e inúmeras outras aves”.

O Príncipe originário da região alemã conhecida como Renânia (as margens do rio Reno, oeste da Alemanha) Maximilian Alexander Philipp zu Wied-Neuwied esteve no Brasil no início do século XIX. Ele foi autor do livro Viagem ao Brasil publicado originalmente em 1820 (Wied-Neuwied, 1940) e cita várias vezes sua passagem pelo Rio dos Frades comentando “O litoral do Prado ao Rio dos Frades, ora até pouco tempo considerado muito perigoso por causa dos selvagens, e ninguém se aventuraria a percorrê-lo sozinho”. O mesmo descreve ainda o rio dos Frades como “rio pequeno cujo nome provê do fato, de um missionário franciscano que se afogou nele” confirmando a origem do nome.

#### **4.1.6) Acordos e Convenções Internacionais**

A temática da proteção dos recursos naturais e do meio ambiente ganhou uma grande expressividade ao longo do século XX. A Conferência de Estocolmo é um evento fundamental nesse processo, ao trazer o debate ambiental para a escala global.

A partir da primeira Conferência sobre Meio Ambiente, em Estocolmo em 1972, surge a preocupação com a preservação do meio ambiente, até então ausente das filosofias e teorias políticas e com ela, o entendimento ou a percepção de que os recursos naturais não são fontes perenes de riquezas. Portanto, torna-se imprescindível conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais no sentido de garantir a satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras (Côrte, 1997).

Nesse contexto a partir da década de 1970 a defesa do meio ambiente passa a fazer parte da agenda política internacional (Prost, 2009), explicitamente expressa em cúpulas tais como a de Estocolmo em 1972, do Rio de Janeiro em 1992, de Johannesburgo em 2002, da Rio+20 em 2012 e de outros encontros internacionais mais específicos realizados a partir dos debates iniciados nos eventos citados e das agendas planejadas de encaminhamentos previstos.

Com o crescimento das ações ambientalistas em todo o mundo e com o debate ambiental trabalhado em escala global surgem diversas iniciativas e acordos internacionais de conservação dos recursos naturais, em especial voltados para os países em desenvolvimento.

Por sua grande biodiversidade, pela variedade de biomas, elevado número de espécies ameaçadas de extinção e pela forte pressão antrópica exercida sobre os remanescentes florestais o Brasil ganha destaque internacional nesse cenário.

#### ➤ **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**

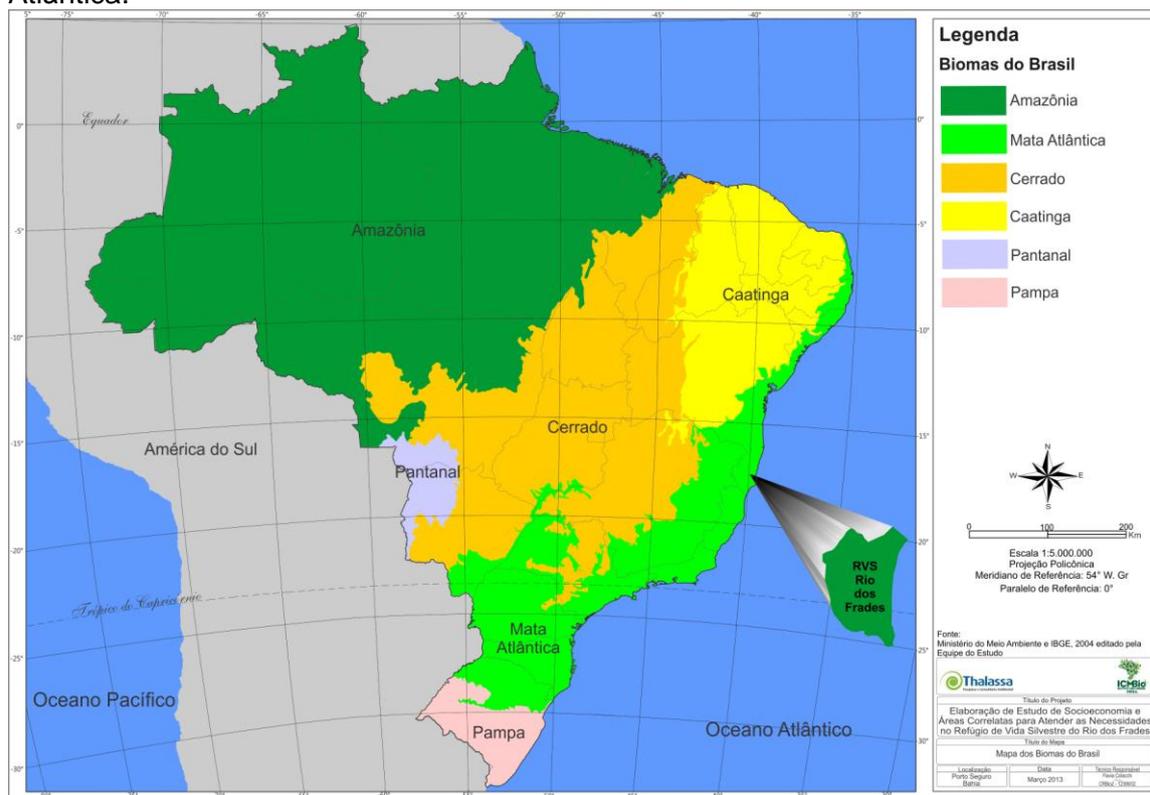
O RVSRF encontra-se integralmente localizado no município de Porto Seguro/ Bahia, inserido no bioma da Mata Atlântica (Figura 9). Esse bioma é protegido internacionalmente pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), instituída pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1972 e contemplada pelo SNUC.

A Mata Atlântica é reconhecida internacionalmente como uma das prioridades em termos de conservação de florestas tropicais. Tal importância resulta na alocação de recursos humanos e financeiros, por parte de instituições nacionais e estrangeiras. Esses recursos podem ser usados para o desenvolvimento de pesquisas, recuperação de áreas degradadas e tombamento de remanescentes (Comissão de Estudos para o Tombamento do Sistema Serra do Mar/Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, 1991).

Segundo o SNUC, as Reservas da Biosfera são definidas legalmente como um modelo adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, desenvolvimento de atividades de pesquisa, monitoramento ambiental, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida (Capítulo VI, Artigo 41, Lei 9.985/00).

De acordo com essa lei, as reservas da Biosfera podem ser constituídas por áreas públicas e privadas, inclusive por UC já existentes, desde que sejam respeitadas as normas legais que disciplinam o manejo da categoria específica.

Figura 9 - Localização do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades no bioma Mata Atlântica.



A denominação de Reserva da Biosfera é um reconhecimento internacional dado pelo Programa MaB (Man and Biosphere) da UNESCO, às regiões que possuem características relevantes em um determinado bioma e/ou paisagem. Tal reconhecimento tende a contribuir para a manutenção e melhoria destas áreas, através da cooperação e troca de conhecimento mútuo entre as esferas envolvidas.

A RBMA foi a primeira a ser criada no país, em 1991, e abriga os principais remanescentes deste bioma, trazendo o reconhecimento da importância da Mata Atlântica em termos nacionais e internacionais (Figura 10).

As áreas de remanescentes de Mata Atlântica possuem uma grande importância para conservação da biodiversidade. Essas áreas necessitam de uma gestão territorial integrada com objetivos no desenvolvimento sustentável das áreas intersticiais que formam as reservas da Biosfera e que incluem também as áreas do entorno das áreas protegidas ou zonas de amortecimento das unidades de conservação.

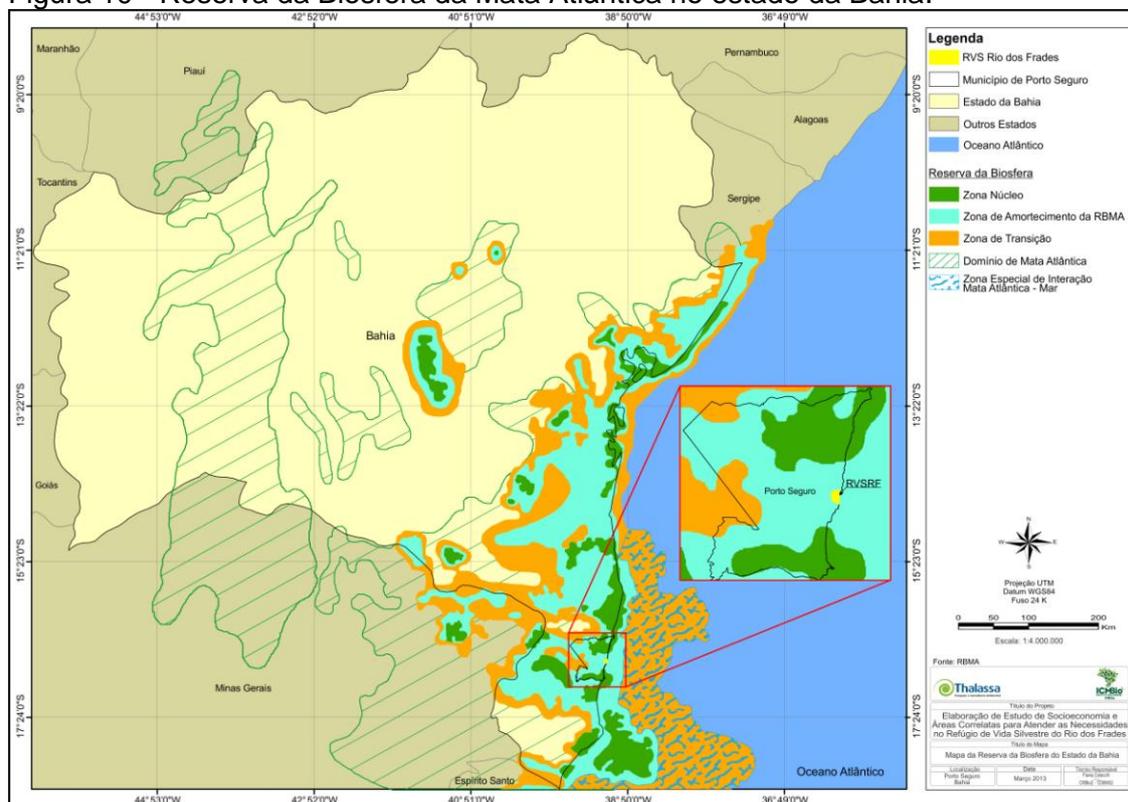
A importância da proteção desses recursos naturais levou a criação de vários acordos internacionais que vertem para a questão da conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, onde se podem destacar:

#### ➤ **Critical Ecosystem Partnership Fund (CEPF)**

O Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos, como é conhecido no Brasil, constitui uma iniciativa conjunta entre o *Conservation International* (CI), o *Global Environment Facility* (GEF), o Governo do Japão, a *MacArthur Foundation* e o Banco Mundial. Proporciona o financiamento de projetos nos *hotspots* de biodiversidade nos países em desenvolvimento, visando sua conservação. A Mata Atlântica é considerada um *hotspot*, ou seja, uma região de biodiversidade abundante, alta taxa de endemismo

(espécies que só ocorrem naquele determinado local) e alto grau de ameaça de extinção (Veracel, 2013). A Mata Atlântica é um dos *hotspots* (Figura 11) para os quais estão disponíveis recursos do CEPF.

Figura 10 - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no estado da Bahia.



### ➤ Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)

É um programa de iniciativa do governo brasileiro coordenado pelo MMA em parceria com o PPG7, concebido a partir da Reunião da Cúpula realizada em Houston, Texas, EUA, em julho de 1990. O Grupo dos Sete (G7), firmou com o governo brasileiro o compromisso de desenvolver ações para diminuir a destruição de suas florestas tropicais e promover o desenvolvimento sustentável. Dentro deste programa foram criados corredores ecológicos para todo o território brasileiro (Figura 12).

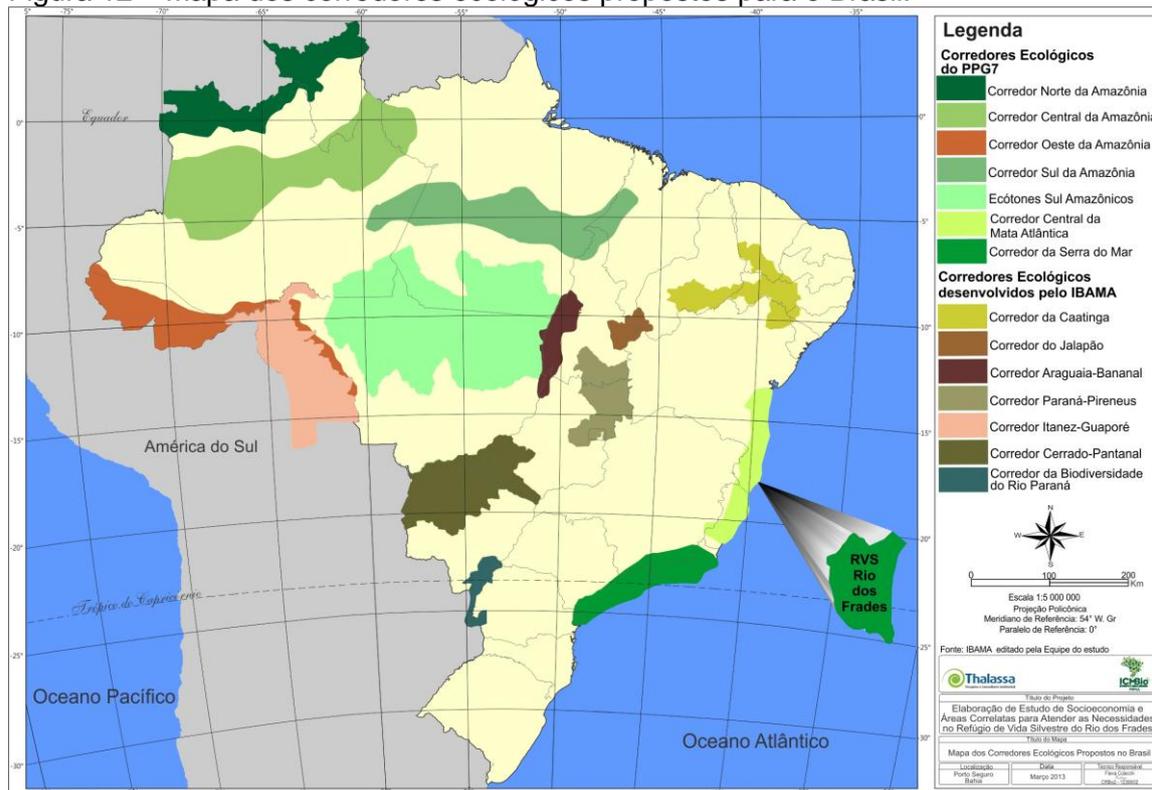
Trata-se da mais abrangente iniciativa de cooperação internacional visando à proteção e o uso sustentável das florestas brasileiras na Amazônia e na Mata Atlântica e a promoção do bem-estar das populações humanas destas regiões. Sua implementação envolve vários parceiros em diferentes níveis, incluindo órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e o setor privado.

Este programa está constituído por quatro subprogramas. O Subprograma Mata Atlântica teve início em 1999, a partir da aprovação do Plano de Ação da Mata Atlântica. Suas ações estão direcionadas à Proteção e Recuperação deste bioma e dentre seus componentes encontra-se o de “Unidades de Conservação”.

Figura 11 - Localização do hotspot da Mata Atlântica na costa brasileira.



Figura 12 – Mapa dos corredores ecológicos propostos para o Brasil.



### ➤ Compromissos internacionais do Brasil

O Brasil vem assumindo compromissos internacionais da maior importância sob a forma de declarações e convenções, celebrados em conferências como o signatário da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), com a participação da grande maioria dos países do globo. Como resultado destes acordos, organismos das Nações Unidas vêm contribuindo para a implementação de estratégias de conservação e de programas de proteção e cooperação técnica. Dentre estes organismos de cooperação internacional, merecem destaque os seguintes:

- **UNESCO** - criou o programa “O Homem e a Biosfera”, que é um programa mundial de cooperação científica, de reconhecimento e criação de Reservas da Biosfera.
- **PNUMA** (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) - é o principal responsável pela cooperação e pela elaboração de tratados internacionais. Além disso, realiza monitoramento das áreas protegidas via satélite.
- **FAO** (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) - sua missão é promover a melhoria das condições de vida das populações humanas. Para isso, busca melhorar a produção e a distribuição de produtos agrícolas. Desenvolve um trabalho conjunto com o PNUMA.
- **IUCN** (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais) - promove ações voltadas para as Unidades de Conservação mundiais, através da sua Comissão de Unidades de Conservação e da sua Comissão de Espécies Ameaçadas.

Igualmente, devem ser mencionadas as organizações e agências de desenvolvimento internacional oriundas de diversos países, como a Agência dos Estados Unidos para o

Desenvolvimento Internacional (USAID), dos Estados Unidos, que tem repassado recursos para as ONGs que trabalham no entorno das unidades de conservação. Destacam-se também, o Banco Mundial, que criou diversos fundos de apoio à conservação e desenvolvimento sustentável, bem como o Banco Alemão de Desenvolvimento Internacional (KfW) e a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), sendo que esta possui representação dentro da Diretoria de Ecossistemas do IBAMA. Há, também, o GEF, que agrupa membros de governos, da comunidade científica, de instituições líderes na área de desenvolvimento e um vasto número de empresas do setor privado e de organizações da sociedade civil, a favor de uma agenda ambiental comum a nível mundial.

Entre 1972, quando aconteceu em Estocolmo a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente Humano, e 1992, quando ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), celebrada na cidade do Rio de Janeiro, foram discutidos e publicados importantes relatórios, abordando a compatibilidade entre desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade.

#### ➤ **Acordos e convenções internacionais**

Em 1980, o PNUMA, somado aos esforços do WWF e da IUCN, elaborou um documento clássico, de referência para a conservação da biodiversidade, conhecido como a “Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza”.

Os acordos internacionais são componentes essenciais em prol da cooperação pela biodiversidade. Existem numerosos tratados, convenções e acordos multi ou bilaterais que abordam aspectos da conservação da biodiversidade.

Na tabela 2 estão resumidos os principais acordos internacionais, incluindo convenções e atos, entre outros instrumentos, assinados pelo Brasil, relativos à conservação ambiental, diretamente relacionados às unidades de conservação. Esta tabela foi elaborada com base em dados do WRI/IUCN/UNEP (1992) e do MMA (2003).

Tabela 2 - Principais acordos e convenções internacionais firmados pelo Brasil.

<b>Acordo ou Convenção</b>	<b>Descrição</b>
Convenção para a Proteção da Flora, Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América	Celebrada em Washington, em 12 de Outubro de 1940. Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 02, de 13 de fevereiro de 1948, e promulgado pelo Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966. Seu objetivo é proteger e conservar, no seu ambiente natural, exemplares de todas as espécies e gêneros da fauna e da flora nativas. Proíbe a caça, a matança ou captura de espécimes da fauna e a destruição da flora.

Acordo ou Convenção	Descrição
Programa Homem e a Biosfera (MaB)	<p>Criado em 1972, o Programa Homem e a Biosfera (MaB), da UNESCO, de cooperação científica internacional, reconhece a importância do manejo e da difusão de alternativas de desenvolvimento sustentável das Reservas da Biosfera.</p> <p>Seus objetivos são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ conservar a diversidade natural e cultural;</li> <li>✓ promover modelos de uso do solo e abordagens de desenvolvimento sustentável;</li> <li>✓ aperfeiçoar o conhecimento e a interação entre as áreas humanas e científicas por meio da pesquisa, monitoramento, educação e treinamento.</li> </ul>
Convenção de Ramsar	<p>A Convenção de Ramsar, ou Convenção sobre Zonas Úmidas, foi realizada na cidade iraniana que lhe dá nome, em 1971.</p> <p>Os países participantes assinaram um tratado de cooperação para a conservação e o uso racional das Zonas Úmidas, reconhecendo as funções ecológicas e o valor econômico, cultural, científico e recreativo dessas áreas.</p> <p>No Brasil, a Convenção entrou em vigor com a promulgação, pelo Presidente da República, do Decreto nº 1.905, de maio de 1996 (Brasil, 1966b).</p>
Convenção sobre Patrimônio Natural Mundial (WHC)	<p>Foi assinada em Paris, em 1972. Representa um mecanismo para reconhecer sítios de importância global, que são adequadamente protegidos e manejados. Obriga toda nação a proteger áreas naturais e culturais únicas, de valor internacional. O Brasil está incluído na Lista do Patrimônio Natural Mundial com as seguintes áreas: Parque Nacional do Iguaçu, Costa do Descobrimento e Floresta Atlântica do Sudeste.</p>
Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Silvestre Ameaçadas de Extinção (CITES)	<p>A CITES é um acordo internacional feito em 1973 entre os Estados, com a finalidade de controlar o comércio internacional de espécimes de animais e plantas, para que não constitua uma ameaça à sua sobrevivência. Esta convenção resultou de uma resolução aprovada entre os membros da IUCN, celebrada em 1963. O texto da convenção foi acordado em uma reunião em que houve a participação de 80 países, celebrada em Washington D.C., Estados Unidos da América, em 3 de março de 1973, entrando em vigor em 01 de julho de 1975. Esta Convenção dividiu as espécies em três apêndices, com níveis progressivos de restrição ao seu comércio. A comercialização de espécies da fauna e da flora em perigo de extinção é regulamentada pelo Decreto nº 76.623, de 17 de novembro de 1975, que referendou a CITES (Brasil, 1975). A CITES é o único tratado internacional com objetivo de preservar espécies em extinção e regular o seu comércio. Desta forma, a comercialização das espécies relacionadas nos Apêndices da CITES somente é autorizada com a emissão da Licença de Exportação pelo IBAMA.</p>

Acordo ou Convenção	Descrição
Convenção da Diversidade Biológica (CDB)	Esta convenção foi assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 5 de julho de 1992, por 155 países, sendo o Brasil o primeiro signatário. No Brasil, foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 2, de 3 de fevereiro de 1994, e promulgada pelo Decreto nº 1.160, de 21 de junho de 1994 (Brasil, 1994). Seus maiores objetivos são: proteger as espécies e sua variação genética e manter a diversidade de ecossistemas; utilizar, de forma sustentável, os recursos biológicos e os materiais da diversidade genética e assegurar a partilha equitativa dos benefícios desses recursos, especialmente pela exploração da diversidade genética nos níveis internacional, nacional e local. Em seu artigo 8º, convoca os países a estabelecerem e manterem um Sistema de Áreas Protegidas; a desenvolver manuais para a seleção, criação e manejo para essas áreas; a regular ou manejar os recursos biológicos importantes para a conservação da biodiversidade, dentro ou fora das áreas protegidas; a promover qualidade ambiental e desenvolvimento sustentável em áreas adjacentes às áreas protegidas, integrando-as; a conseguir apoio financeiro para a conservação <i>in situ</i> da biodiversidade.
Agenda 21	Plano de Ação aprovado pela Comunidade Internacional durante a Conferência Rio-92, a ser implementado, a longo prazo, pelos governos, agências de desenvolvimento, ONU e grupos setoriais, tratando sobre vários temas prioritários para a sustentabilidade da vida na Terra.
Convenção das Nações Unidas Sobre Mudanças no Clima (UNFCCC)	Estabilizar a concentração de gases do Efeito Estufa na atmosfera.
Primeira Conferência das Partes	Define compromissos legais de redução de emissão de CO <sub>2</sub> .
Terceira Conferência das Partes - Protocolo de Kyoto	Sugere a redução de emissão de gases do efeito estufa nos países signatários, e, no caso dos grandes poluidores impõe metas variadas de redução. São criados o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e os Certificados de Carbono.
Noná Conferência das Partes	Adoção de definições e modalidades estabelecidas para atividades de projeto de florestamento e reflorestamento elegíveis ao MDL, cruciais para a comercialização de Reduções Certificadas de Emissões (RCE), ou créditos de carbono.
Acordo Quadro Sobre Meio Ambiente do Mercosul	Acordo entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai que reafirma os preceitos de desenvolvimento sustentável preconizados na Agenda 21.

Acordo ou Convenção	Descrição
Décima terceira Conferência das Partes	Ficou acertado que seria criado um fundo de recursos para os países em desenvolvimento e a NAMAs (Ações de Mitigação Nacionalmente Adequadas), modelo ideal para países em desenvolvimento que, mesmo sem obrigação legal, concordem em diminuir suas emissões.
Décima sexta Conferência das Partes	Criação do Fundo Verde (que auxiliará as nações em desenvolvimento a enfrentarem os impactos das mudanças climáticas), extensão do Protocolo de Kyoto para além de 2012 e estabelecimentos de parâmetros para e REDD+, o mecanismo de financiamento a países que reduzirem seus índices de desflorestamento.

#### 4.2) Levantamento do potencial de apoio ao Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades

O levantamento de potencial de apoio às unidades de conservação é fundamental a fim de se retratar a possibilidade de gestão da Unidade, bem como identificar possíveis obstáculos e/ou avanços alcançados a partir de sua infraestrutura física, de pessoal e de logística.

Em alguns casos esse processo pode ser alcançado através do fomento de parcerias com instituições públicas, privadas ou sociedade civil organizada, a fim de que se crie um grupo de apoio a gestão da UC.

O levantamento aqui indicado foi realizado através de pesquisas bibliográficas em obras que continham dados acerca da infraestrutura da região do RVSRF e de maneira especial obtidas em campo através da aplicação de questionário com os moradores da UC e com lideranças comunitárias das localidades mais próximas ao RVSRF em Itaporanga e Imbiriba.

Foram realizadas também entrevistas com os gestores do RVSRF a fim de identificar a infraestrutura e a capacidade operacional da UC, bem como visitas a diversas secretarias da Prefeitura de Porto Seguro a fim de levantar se existe algum projeto de infraestrutura pensado para essa região.

##### 4.2.1) A infraestrutura operacional do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades

O RVSRF conta hoje com três analistas ambientais lotados na unidade. As atividades realizadas no RVSRF são setorizadas entre eles a fim de otimizar a operacionalização da unidade, sendo:

- Suiane Benevides Marinho Brasil: chefe da Unidade de Conservação e responsável pelo setor administrativo, político e pela relação com o Conselho Consultivo;
- Tiago Leão Pereira: responsável pelo setor de pesquisa e situação fundiária;
- Francisco Oneizete Araújo: responsável pelo setor de proteção

Em entrevista realizada com a equipe gestora não foi levantada a necessidade imediata de ampliação da mesma, sendo indicada apenas a falta de pessoal lotado no setor administrativo (secretariado) e de operacionalização (motorista).

A sede do RVSRF está inserida no prédio da Coordenação Regional 7 do ICMBio em Porto Seguro, sem haver a curto prazo uma previsão de construção de sede própria no interior do RVSRF ou em sua ZA.

Esse fato apresenta um obstáculo a gestão, pois resulta em um distanciamento da equipe gestora com a área da UC já que sua sede está a cerca de 70 km da área do RVSRF. Assim, algumas ações como fiscalização e apuração de denúncias são prejudicadas pelo tempo de deslocamento dos gestores e fiscais até a unidade.

Outra desvantagem apresentada é o espaço limitado que a equipe dispõe, pois possui apenas uma sala, onde trabalha toda a equipe além de todo o acervo bibliográfico, computadores e demais instrumentos da infraestrutura do RVSRF.

Por outro lado, existe a vantagem de que já existe uma equipe de apoio (limpeza, vigilância) lotada na Coordenação Regional, sem que seja necessário ter uma equipe dessa formada para trabalhar exclusivamente no RVSRF.

Outro obstáculo a gestão e operacionalização do RVSRF é a falta de orçamento próprio, visto que a unidade não possui visitação e nem compensação ambiental. Mesmo havendo no futuro recursos de compensação ambiental, estes só poderão ser aplicados para custear as atividades de elaboração de Plano de Manejo ou atividades de proteção da unidade; realização de pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vetada a aquisição de bens e equipamentos permanentes; implantação de programas de educação ambiental; e financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais na unidade, de acordo com o artigo 33 do Decreto n.º 4340/02 (Brasil, 2002).

Com isso os gastos que a UC têm com sua operacionalização são obtidos através de licitação de contratos nacionais firmados pela Unidade Avançada de Administração Financeira (UAAF) e/ou ICMBio sede. Como exemplo pode-se citar a aquisição de combustível e a manutenção de veículos. O recurso financeiro do combustível é disponibilizado automaticamente para cada veículo (caminhonetes e barco), mas a manutenção de veículos é realizada através de aprovação de orçamento pela UAAF.

Há contratos nacionais firmados de Gerenciamento de Meio que permitem a aquisição de material de expediente e básico de campo por um sistema on-line da empresa contratada. Além desses, há também o contrato para aquisição de itens alimentícios e/ou refeições prontas, para atividades de apoio e logística, internet, telefonia fixa entre outros.

No entanto, não há contrato firmado que beneficie o RVSRF para a manutenção de equipamentos de informática e rádios de comunicação. Desta forma, necessitam de liberação de recursos pelo ICMBio.

#### **4.2.2) A infraestrutura na região do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades**

Os levantamentos acerca da infraestrutura são de ampla importância para a análise socioeconômica de UC, pois indicam importantes fatores de atividades que podem ser facilitadas e realizadas na unidade como acessibilidade, rede de transporte e comunicação, prestação de serviços públicos, saneamento básico, entre outros.

A infraestrutura influencia tanto sobre a qualidade de vida da população como sobre a proteção dos recursos naturais, daí sua importância extrema nos casos relacionados a conservação ambiental.

Há ausência de informação sobre a infraestrutura da unidade, por isso a análise quantitativa e qualitativa foi feita a partir da aplicação dos questionários aos moradores do RVSRF.

Na ZA foram realizadas entrevistas com lideranças locais de Itaporanga e Imbiriba, bem como visitas em campo dos técnicos da equipe Thalassa, algumas acompanhadas de funcionários do ICMBio.

Em escala municipal os dados foram obtidos através de levantamento de dados secundários, e em alguns casos através de entrevistas realizadas junto às secretarias de Obras, de Agricultura, de Meio Ambiente e de Saúde de Porto Seguro.

#### 4.2.2.1) Infraestrutura no Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades

A área do RVSRF não apresenta uma infraestrutura de transporte, comércio ou serviços aos moradores. Esse fato decorre da significativa preservação encontrada na área e do baixo índice de habitantes dentro do Refúgio.

Não existe dentro do RVSRF nenhuma escola e boa parte dos moradores da área ainda é analfabeta (Tabela 3). Os que estão em idade escolar em sua maioria estudam na Escola Municipal de Itaporanga e se deslocam através de transporte escolar, algumas delas fazendo uma parte do trecho a pé.

O resultado do levantamento sobre escolaridade realizado com os proprietários e moradores do RVSRF é apresentado na tabela 3.

Tabela 3 – Escolaridade de proprietários e moradores do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.

<b>Escolaridade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual (%)</b>
Sem estudo	7	54
Alfabetizado	1	7
1º segmento do Ensino Fundamental	2	15
2º segmento do Ensino Fundamental	1	7
Ensino Médio	1	7
Ensino Superior	1	7

Entre os moradores e proprietários entrevistados foram levantadas 10 crianças em idade escolar, e todos os entrevistados afirmaram que elas estão estudando, em sua maioria em Itaporanga ou nos centros urbanos mais próximos.

Não existe transporte público dentro da unidade, dessa forma o deslocamento dos moradores para outras localidades são por transporte próprio como: carros, motos e bicicletas. O transporte mais comum é a bicicleta e nos casos das famílias mais pobres, as pessoas se deslocam a pé até Itaporanga. Desta localidade, há opções de ônibus até os distritos de Trancoso ou Arraial d'Ajuda e a cidade de Porto Seguro.

No levantamento realizado com os proprietários e moradores do RVSRF a maior parte dos entrevistados respondeu que o transporte público é deficiente, mesmo em

Itaporanga, pois apresenta poucos horários. Abordaram também a dificuldade de transporte como uma característica negativa da região que moram.

As estradas dentro da área do RVSRF não são pavimentadas, mas em geral existe uma fácil acessibilidade na maioria das residências. Apenas em algumas propriedades mais distantes o acesso é mais difícil e só é possível com carro de tração.

No levantamento realizado verificou-se que 11 entrevistados afirmaram usar uma estrada de terra até sua propriedade, e nesse grupo seis utilizam trilhas ou estradas de terra. Desses entrevistados sete consideram a manutenção das estradas dentro do RVSRF como péssima e quatro consideram como boa.

Existe rede de energia elétrica, mas ainda é expressivo o número de moradores que não recebe esse serviço básico. Alguns casos esse serviço não é possível porque os moradores são posseiros, sem ter escritura de suas propriedades. Já em outras propriedades escrituradas a Secretaria de Agricultura informou que deve haver uma mobilização social através de Associação de Moradores para que possam ser atendidas pelo "Programa Luz Para Todos" do Governo Federal.

No levantamento realizado apenas dois proprietários afirmaram ter o abastecimento de energia pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), enquanto 11 dos entrevistados residem sem ter acesso à prestação desse serviço básico.

Ao se pensar projetos alternativos de renda, que se pautem na sustentabilidade ambiental como a fabricação do artesanato, a exploração sustentável do turismo ou mesmo o beneficiamento da produção agrícola local, torna-se essencial a busca do mínimo de infraestrutura, sem a qual essas atividades não poderão ser realizadas.

Não há como desenvolver um projeto de pequenas cooperativas de beneficiamento de produtos locais ou fabricação de artesanato sem energia elétrica nem saneamento básico. Essas questões deverão ser pensadas conjuntamente com as propostas de alternativas de renda que serão abordadas nesse levantamento socioeconômico e no Plano de Manejo do RVSRF.

Foram observadas trilhas de acesso à praia que são utilizadas por turistas, mas não há infraestrutura nem planejamento turístico para atender essa demanda. Os principais pontos visitados são a foz do rio dos Frades e a praia de Itaquena. Verificou-se na visita a campo, que os turistas que frequentam a área, em geral, são conhecidos de moradores. Esses conhecidos às vezes passam alguns dias acampando na área próxima a praia.

Dentro do RVSRF os meios de comunicação mais utilizados são o rádio e a telefonia móvel, pois na maior parte da área não existe cobertura de telefonia fixa ou de internet banda larga. Nas casas com energia elétrica existe o acesso à televisão.

Não foram relatados sérios problemas de segurança pública dentro da área do RVSRF, apenas um proprietário que tem sua moradia feita com paredes de lona e plástico que já relatou alguns pequenos furtos de gasolina em sua propriedade.

Outros serviços como saúde, construção civil, mecânica e comércio em geral são realizados pela população do RVSRF na localidade de Itaporanga. Os serviços que não existem em Itaporanga como rede bancária, abastecimento de combustível e correios são realizados em Trancoso e Porto Seguro.

Foi observado nas entrevistas com os moradores da UC que existe uma precariedade em relação à prestação dos serviços públicos, dentre eles o de saneamento básico.

A maior parte das residências não possui banheiro e por isso não possuem tratamento de esgoto sanitário. As que possuem contam com sistemas de fossa simples que em muitos casos pode contaminar o solo, o lençol freático e os cursos hídricos da região.

Os dados obtidos no levantamento apontam que esse é um dos principais problemas ambientais da área do Refúgio, conforme descrito na tabela 4.

Tabela 4 – Tratamento de esgoto nas propriedades do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.

<b>Tipo de tratamento</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual (%)</b>
Sem tratamento	9	69
Fossa Comum	3	23
Fossa, filtro e sumidouro	1	8

Não existe abastecimento de água tratada pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA). A maioria dos moradores usa água de poço artesiano, em alguns casos vindo de outras propriedades e que tem que ser carregadas em baldes pelos moradores em longas distâncias. Há ainda moradores que utilizam águas de nascentes. A tabela 5 apresenta os dados sobre o abastecimento de água obtido no levantamento.

Tabela 5 - Tipo de abastecimento de água realizado nas propriedades do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.

<b>Tipo de abastecimento</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual (%)</b>
Poço artesiano	9	64%
Nascente	3	22%
Rio	1	7%
Traz de outro lugar	1	7%

Outro problema sério que envolve o abastecimento de água é que a maioria dos entrevistados não realiza nenhum tratamento para consumir essa água de poço, nascente ou rio (Tabela 6). Esse pode ser um fator de disseminação de doenças, afetando diretamente a saúde e a qualidade de vida da população.

Tabela 6 - Tratamento de água utilizado nas propriedades do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.

<b>Tipo de abastecimento</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual (%)</b>
Sem tratamento	11	84
Fervida	1	8
Filtrada	1	8

Outro serviço que não vem sendo realizado na área do RVSRF é a coleta de lixo. Ao serem questionados os 13 entrevistados informaram que este serviço só é realizado na vila de Itaporanga uma vez por semana. Todos os moradores reclamaram, porque além da prefeitura não prestar esse serviço eles tem que levar o lixo por conta própria até Itaporanga por não poderem queimar ou enterrar.

Pela dificuldade de transporte e pelas longas distâncias de algumas moradias até a vila de Itaporanga fica claro que carregar o lixo até o vilarejo é uma tarefa difícil para

os moradores. Por isso, a maior parte dos moradores opta em queimar os resíduos (Tabela 7).

Tabela 7 - Destinação dos resíduos sólidos nas propriedades do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.

Destinação	Quantidade	Percentual (%)
Queima	12	80
Enterra	2	13
Leva para Itaporanga	1	7

A falta desses serviços públicos e do saneamento básico traz uma perda da qualidade de vida dos seus moradores e também da qualidade ambiental da área do RVSRF.

O fato da maior parte das residências não ter tratamento de esgoto, e ainda uma grande maioria não ter nem banheiro, pode contaminar o solo, os recursos hídricos e também contribuir para a proliferação de vetores e doenças. Isso se agrava em especial quando se observa que não existe rede de abastecimento de água e que em sua maior parte os moradores usam água de poço sem fazer qualquer tratamento.

A falta de coleta de lixo dificulta possíveis projetos de desenvolvimento do turismo, visto que por ser uma UC é fundamental que ao se propor essas medidas de desenvolvimento sustentável seja sugerido um projeto eficiente também de coleta e tratamento desses resíduos, evitando que possam influenciar de modo negativo na unidade. É imprescindível ainda que esse processo venha acompanhado de um trabalho de educação ambiental.

Nesse caso é fundamental que sejam introduzidas políticas públicas nessa região voltadas a atender essa demanda socioambiental que trará melhorias na qualidade de vida e na proteção dos recursos naturais dentro do RVSRF.

#### 4.2.2.2) Infraestrutura da Zona de Amortecimento

Na área correspondente a ZA do RVSRF encontram-se dois núcleos populacionais contíguos: a comunidade de Itaporanga e a aldeia da Terra Indígena Imbiriba.

A infraestrutura de transporte e acessibilidade a esses dois povoados é feita através da estrada Trancoso-Caraíva. Como a estrada não é pavimentada os moradores dizem que durante a época das chuvas alguns trechos ficam de difícil acesso com muita lama.

No levantamento realizado na Secretaria de Obras de Porto Seguro foi informado que existe um projeto de manutenção contínua na estrada Trancoso-Caraíva. Durante os dias de trabalho de campo realizados em Itaporanga e Imbiriba foram observados caminhões e máquinas fazendo a manutenção da via (Figura 13).

O transporte público é deficitário, tendo apenas dois horários por dia, um de manhã e um a tarde. O quadro se agrava na época das chuvas e os moradores afirmam que é comum ficar sem o funcionamento da linha de ônibus.

O abastecimento de energia na região é realizado pela COELBA, mas nem todos de Itaporanga e da terra indígena de Imbiriba são beneficiados.

Figura 13 – Veículos da Prefeitura de Porto Seguro realizando a manutenção das estradas de acesso a Itaporanga e Imbiriba em março de 2013.



Não existe serviço dos correios na região. Anteriormente a Associação de Moradores de Itaporanga prestava esse serviço à comunidade, mas atualmente as cartas dos moradores da região vão para Trancoso. A Associação de Moradores está estudando a possibilidade de instalação de uma caixa postal para atender a população local, podendo inclusive ter esse serviço ampliado para atender também a população indígena de Imbiriba.

Em Itaporanga e Imbiriba existe o acesso aos meios de comunicação, como rádio, televisão, telefonia móvel (Oi, Tim, Claro e Vivo) e em algumas áreas ainda tem o acesso à telefonia fixa e internet banda larga.

No que se refere a segurança pública não há grandes índices de violência na área. Apenas foi colocado como um sério problema social o aumento do consumo de drogas, entre elas o uso de “crack” e isso tem preocupado as lideranças locais como um fator que pode aumentar a violência nas comunidades. Outro fator que preocupa em relação a segurança pública é a falta de policiamento na região.

O turismo na região é realizado principalmente como rota para a Praia do Espelho. Algumas vans com turistas fazem uma rápida parada na aldeia indígena de Imbiriba, onde os turistas podem visitar o *shopping* de artesanato indígena e outras lojas de artesanato, tirar fotos com as crianças da aldeia, além de ter acesso a pequenas lojas de conveniência (Figura 14).

Embora os moradores apontem uma vocação turística para o crescimento de Itaporanga, não se observa nenhum atrativo turístico na comunidade, só mesmo o artesanato indígena e a rota de passagem para a Praia do Espelho. Não existe nenhum projeto estruturado de desenvolvimento turístico na região.

Na educação existem três escolas na área da ZA. Uma está localizada na área indígena, a Escola Indígena Pataxó Aldeia Imbiriba (Figura 15) que atende a população indígena e possui uma proposta de ensino diferenciada que conta com componentes curriculares da cultura indígena. Essa escola mantém o 1º segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e funciona nos turnos da manhã e da tarde.

Em Itaporanga tem uma escola municipal que atende a população local, além das áreas próximas, como os moradores do RVSRF e a população indígena da aldeia Imbiriba (quando terminam o 5º ano na Escola de Imbiriba). A escola oferece o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e Ensino Médio (1º ao 3º ano).

Existe ainda o Instituto Renascer que atende a população de Itaporanga no segmento pré-escolar.

Figura 14 - Vans de turismo em parada no *shopping* de artesanato da Terra Indígena de Imbiriba.



Já o acesso ao Ensino Superior é realizado na cidade de Porto Seguro, e em alguns casos as pessoas optam em se mudar enquanto estão fazendo o Curso Superior. Existe uma iniciativa de Graduação Semipresencial sendo introduzida na comunidade de Itaporanga.

A infraestrutura de saúde também foi apontada como problemática nas entrevistas realizadas em Itaporanga e em Imbiriba.

Figura 15 - Escola Pataxó da terra indígena de Imbiriba.



Em Itaporanga existe um posto de saúde (Figura 16) que funciona de 08h às 12h, mas os moradores indicam que atualmente não tem médico para fazer os atendimentos. Assim, muitas vezes a população precisa se deslocar até Trancoso, pagando por condução particular, pois há poucos horários de ônibus. Em Trancoso muitos afirmam que às vezes também não conseguem atendimento tendo que se deslocar até Porto Seguro.

Figura 16 - Posto de saúde do distrito de Itaporanga.



Outro problema abordado pelos moradores é a falta de medicamentos no posto de saúde, além da grande demora na marcação de exames, que são marcados para Porto Seguro e que não tem condução adequada para levar os pacientes.

O posto de Itaporanga possui somente duas salas pequenas com pouca infraestrutura e não possui estrutura para atendimento de emergência (Scannavino Netto, 2004). Esse contexto apontado pelo autor em 2004 ainda é observado atualmente, agravado pelos problemas indicados no levantamento como a falta de atendimento médico e medicamentos na unidade de saúde.

O posto de saúde da terra indígena de Imbiriba (Figura 17) também apresenta problemas no atendimento à população indígena. As lideranças indígenas indicam que o posto deveria ter atendimento médico duas vezes por semana, mas às vezes o médico não comparece ao posto.

Figura 17 - Posto de saúde da terra indígena de Imbiriba.



O posto é pequeno e precisa de ampliação para melhorar e adequar o atendimento a população, mas não existe previsão de reforma na unidade de saúde. Além disso, foram destacados os mesmos problemas do posto de saúde de Itaporanga como falta de medicamentos, demora na marcação e realização de exames, entre outros problemas.

Esse fato demonstra uma realidade da saúde pública, principalmente nas zonas rurais do Brasil. A precariedade do atendimento, a falta de profissionais, de medicamentos, de infraestrutura deixa a população à margem de uma saúde pública de qualidade.

Existe ainda um posto particular que possui atendimento odontológico na comunidade de Itaporanga.

Além da falta de infraestrutura no atendimento médico contribui para a baixa qualidade na saúde da população local a precariedade do sistema de esgoto, o consumo de água sem tratamento e a irregularidade da coleta de lixo que representam riscos reais e permanentes de contaminação e transmissão de doenças (Scannavino Netto, 2004).

Desde o estudo realizado por Scannavino Netto (*op.cit.*) essa situação não se alterou muito, pois no levantamento socioeconômico realizado em março de 2013 pela equipe da Thalassa, notou-se que esses problemas ainda afetam a comunidade de Itaporanga e a aldeia indígena Imbiriba.

Nesses locais a coleta de lixo é realizada apenas uma vez por semana, considerada pelos moradores como precária visto que o núcleo populacional teve um crescimento populacional expressivo nos últimos anos. O modelo de coleta é simples realizado em caminhão comum, sem haver um sistema de coleta seletiva ou de reciclagem dos resíduos.

Não existe tratamento de esgoto, sendo que nas propriedades em geral são construídas fossas simples, que podem gerar contaminação do solo, do lençol freático e dos recursos hídricos.

No estudo realizado por Scannavino Netto (2004) o autor apontava que o povoado de Itaporanga quase não oferece opções de comércio, apenas nos serviços essenciais à reprodução do cotidiano, tais como abastecimento e consertos. Nesse aspecto nota-se que houve um crescimento dos serviços oferecidos, bem como na ampliação das opções de comércio relacionados em especial com o grande crescimento populacional de Itaporanga e Imbiriba.

Dentre as opções obtidas em levantamentos bibliográficos e em pesquisa de campo podem-se destacar como principais infraestruturas de comércio de Itaporanga e Imbiriba bares, lojas de artesanato, borracharia, oficina de bicicleta, lojas de roupas, lojas de material de construção, armarinho, restaurantes, supermercados, mercearia, hortifruti, distribuidora de bebidas, sorveteria, farmácia e padaria (Figura 18).

Quando os serviços necessários não são encontrados na localidade de Itaporanga os moradores se deslocam para o distrito de Trancoso ou na sede do município de Porto Seguro.

#### **4.2.2.3) Infraestrutura de Porto Seguro**

Os levantamentos relativos à infraestrutura do município de Porto Seguro foram realizados a partir de dados secundários, em especial dos trabalhos do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Veracel, realizado em abril de 2011 (CEPEMAR, 2011),

e também a partir do Projeto Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, realizado por Britto em 1999.

Figura 18 – Atividades de comércio nas localidades de Itaporanga e Imbiriba.



Como a realidade do município de Porto Seguro sofreu uma grande transformação nas últimas décadas, quando os dados desses dois trabalhos forem complementares buscaremos traçar um padrão referente ao ano 2000 e a 2010, sempre que possível analisando a transformação ocorrida e as potencialidades de mudança socioeconômica e ambiental.

Inicialmente, destaca-se o incremento populacional que o município de Porto Seguro sofreu nas últimas décadas (Tabela 8), e com o crescimento populacional cresce também a demanda por infraestrutura, políticas públicas, prestação de serviços, oferta de comércio, entre outros. Ou seja, é a dinâmica populacional em curso, que será analisada no Produto 3, mas que aqui será apresentada como plano de fundo para compreendermos as mudanças na infraestrutura do município.

Tabela 8 - Crescimento populacional de Porto Seguro nos censos de 1991, 2000 e 2010.

População de Porto Seguro		
1991	2000	2010
34.661	95.721	126.770

Nota-se que entre 1991 e 2000 o município teve uma taxa de crescimento de aproximadamente 12% ao ano, sendo considerado o período de maior crescimento populacional. Este crescimento foi reduzido entre 2000 e 2010, mesmo assim atingiu

cerca de 3% a cada ano.

Conforme o estudo realizado pelo CEPEMAR (2011) o crescimento populacional rural em Porto Seguro foi de 3,48% ao ano entre 2000 e 2010. Durante o referido período a população campesina passou de 16.102 para 22.680 habitantes, propiciando um significativo incremento de 6.578 habitantes em dez anos. Possivelmente parte desse crescimento deve ter ocorrido nas localidades de Arraial d'Ajuda, Trancoso e Caraíva – sobretudo entre os dois primeiros, que se consolidaram como zonas de expansão residencial e intensificação das atividades turísticas durante a década de 2000. Diante dessas análises, pode-se observar que não há um processo que possa ser chamado de *êxodo rural* na área em estudo.

De acordo com Britto (1999) no final da década de 1990 a situação domiciliar de Porto Seguro era caracterizada por um total de 15.310 domicílios particulares permanentes. Desse total, 13.452 residências possuíam energia elétrica, mas o serviço se encontrava em plena expansão onde o consumo de energia elétrica na década de 90 aumentou quase 260% em relação à década anterior e o número de consumidores atendidos aumentou 180%.

Em 2010 o município de Porto Seguro passou a contar com 24.000 domicílios. Os dados relativos ao Programa de Saúde da Família (PSF) de Porto Seguro apresenta que cerca de 95% das residências atendidas pelos PSF possuem energia elétrica.

Um importante dado socioeconômico é a educação. Segundo Britto (1999) o setor de ensino de Porto Seguro se faz presente do pré-escolar ao ensino médio. A rede municipal conta com 86 estabelecimentos, sendo que a maior parte das vagas é destinada ao pré-escolar e ao ensino fundamental. O ensino médio está a cargo de três escolas da rede estadual, uma da rede municipal e três da rede particular.

Continuando sobre o assunto, nos dados do estudo do CEPEMAR (2011), observa-se que esse número teve um crescimento expressivo em 2010, passando a contar com 204 estabelecimentos de ensino, sendo 75 de educação infantil, 113 de ensino fundamental e 16 de ensino médio.

Outro setor importante para a qualidade de vida da população é a saúde pública. No estudo de Britto (1999) foi levantado que o setor de saúde de Porto Seguro contava com 18 estabelecimentos, sendo dois hospitais públicos, um particular, 13 postos e dois centros de saúde, que respondiam por 40 leitos. Em 2010 foram levantados pelo RIMA da Veracel o número de 163 estabelecimentos de saúde, distribuídos em diferentes tipos de estabelecimentos (Tabela 9).

Entre esses estabelecimentos de saúde, em Porto Seguro encontram-se dois hospitais de internação com capacidade para 130 leitos.

Entretanto, a saúde da população não pode ser apenas prognóstica, relacionada aos hospitais e leitos que dispõe para o atendimento à população. É importante a saúde preventiva, que está relacionada com a qualidade de vida e o meio ambiente que as pessoas vivem cotidianamente, sendo três fatores fundamentais nesse processo o abastecimento e tratamento de água, o tratamento de esgoto e a destinação dos resíduos sólidos.

Esse contexto que se apresenta como o mais crítico ao analisarmos a área do RVSRF e sua ZA também expressa dados preocupantes quando observamos o município de Porto Seguro, ainda que se observe uma significativa melhoria na prestação desses serviços nos últimos anos.

Tabela 9 - Número de estabelecimentos de saúde em Porto Seguro levantados no ano de 2010 (CEPEMAR, 2011).

<b>Estabelecimento</b>	<b>Quantidade</b>
Centro de Saúde / Unidade Básica de Saúde	39
Centro de Apoio a Saúde da Família	1
Central de regulação de serviços de saúde	2
Clínica ou Laboratório Especializado	8
Consultório Isolado	86
Centro de Atenção Psicossocial	2
Hospital Dia	1
Hospital Geral	4
Policlínica	2
Posto de Saúde	12
Pronto Socorro Geral	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	1
Unidade de vigilância em saúde	1
Unidade Mista - atendimento 24h: atenção básica, internação/urgência	1
Unidade móvel de nível pré-hospitalar-urgência/emergência	2
<b>Total</b>	<b>163</b>

No final da década de 1990 de acordo com Britto (1999) a rede de distribuição de água, que é mantida pela EMBASA, totalizava 4.307 ligações residenciais, das quais 63,89% pertenciam ao distrito sede.

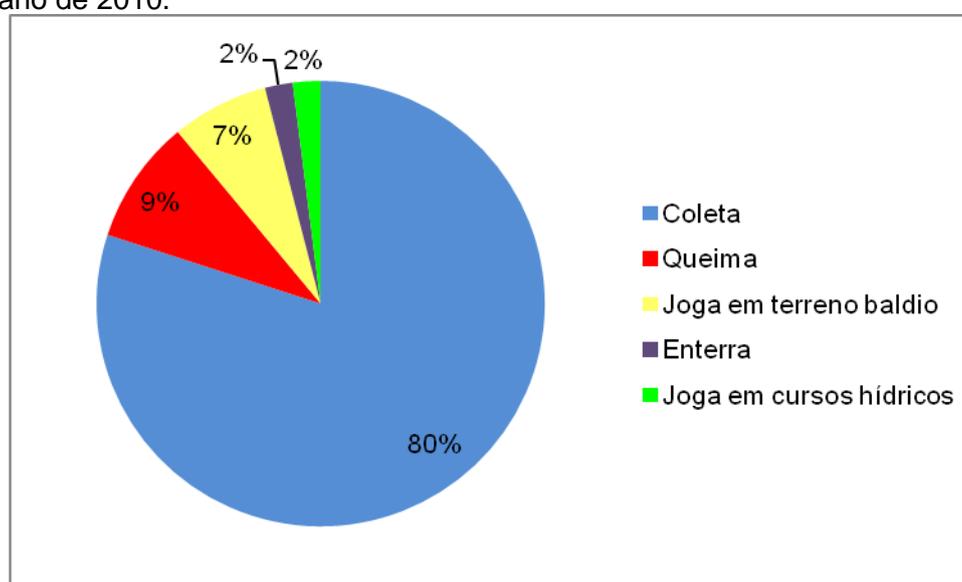
O RIMA da Veracel (CEPEMAR, 2011) aponta que a prestação desse serviço está em ampla ascensão no município de Porto Seguro, tendo sido realizadas 15.000 novas ligações de abastecimento de água em 2004, 18.000 em 2006 e 20.000 em 2008. Ainda assim o abastecimento de água não chega a 70% da população do município, dado preocupante, pois esses 30% da população consome água de poços e nascentes sem tratamento, muitas vezes sem filtrar ou ferver, o que pode favorecer a contaminação da população por diversos tipos de doenças.

O estudo realizado pela Veracel (CEPEMAR, 2011) aponta ainda que deverá haver um crescimento expressivo da demanda por água tratada no núcleo urbano de Porto Seguro, que poderá chegar a 494 L/s em 2015. Para suprir essa demanda seria necessário ao município ter um novo manancial de abastecimento além do modelo de captação atual.

A situação é preocupante ao se observar os dados de tratamento de efluentes. Em 1999 o estudo de Britto indicava a implantação de um sistema de tratamento de efluentes domésticos através do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR (Governo do Estado) com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID na sede do município de Porto Seguro. No entanto, os estudos da Veracel apontam que cerca de 55% do esgoto de Porto Seguro é coletado, tanto na sede do município como nos distritos. O estudo ainda indica que todo o esgoto coletado no município recebe tratamento.

No que se refere a coleta de lixo, Britto (1999) aponta que ela funciona de forma precária, indicando que o lixo era transportado em caçambas e tratores e sua distribuição final era realizada a céu aberto, sem atender aos critérios mínimos de proteção do lençol freático, e aos demais recursos ambientais. Na época de 1999, estava em implantação o aterro sanitário, localizado na área da fazenda Samira no km 40 da BR-367. Desde então Porto Seguro passou a contar com um Aterro Sanitário Convencional para a destinação dos resíduos sólidos. Sendo que o município coleta cerca de 150 T/dia de resíduos, número que é bem maior durante a alta temporada por influência das atividades turísticas. Mesmo assim, de acordo com os dados da Veracel, dos 24.000 domicílios de Porto Seguro 19.000 são atendidos pela coleta de resíduos. O restante da população dá outras destinações aos resíduos, que podem causar a contaminação do solo, dos cursos hídricos, do ar e do lençol freático (Figura 19).

Figura 19 - Destinação dos Resíduos Sólidos em Porto Seguro levantados no ano de 2010.



Fonte: Destino final dos resíduos sólidos – Municípios da AID, 2000 *apud* CEPEMAR, 2011.

Certamente o turismo é o principal fator dessa expansão ocorrida em Porto Seguro desde a década de 1970 e que ainda se apresenta em curso atualmente.

A expansão da atividade turística permitiu a constituição de uma ampla rede de serviços, cujos investimentos concentram-se, sobretudo, na implantação de equipamentos de hospedagem. De acordo com os dados da Empresa de Turismo da Bahia S/A, Porto Seguro registrou 22.527 leitos, distribuídos em 431 meios de hospedagem, entre hotéis classificados e não-classificados. Essa expansão turística afetou também os distritos, em especial Arraial d'Ajuda e Trancoso, que tiveram um grande crescimento e incremento de infraestrutura desde a década de 1970 (BAHIATURSA, 2013).

Porto Seguro tornou-se o terceiro polo turístico do Brasil, pela presença de belezas naturais ao longo de seus 90 km de praias, de águas calmas e mornas, ricas em corais e recifes e suas igrejas históricas. Porto Seguro é um dos mais importantes destinos turísticos do Brasil, recebendo mais de dois milhões de turistas por ano.

A região de Porto Seguro é dotada da terceira maior rede hoteleira do Brasil com mais de 46.000 leitos e de um dos mais movimentados aeroportos, capaz de receber

aeronaves de grande porte, que movimentou 1.212.372 passageiros em 2011 (BAHIATURSA, 2013).

Esse crescimento turístico resultou num expressivo crescimento da infraestrutura de hotéis, pousadas e resorts apontados na tabela 10 com dados obtidos no site da Prefeitura Municipal de Porto Seguro (PMPS).

É importante destacar ainda a presença de pequenas pousadas às vezes apenas como quartos anexos às casas de famílias, os albergues e campings que também são opções encontradas na região, mas que não estão presentes nesse levantamento realizado no site na PMPS (PMPS, 2013).

Tabela 10 - Infraestrutura de hotéis, pousadas e resorts em Porto Seguro.

<b>Localidade</b>	<b>Quantidade</b>
Centro do Porto Seguro	37
Orla de Porto Seguro	33
Praia do Mundaí	17
Arraial d'Ajuda	74
Trancoso	17
Caraíva	10

### 4.3) Instituições Parceiras

A gestão de uma unidade de conservação pode ocorrer com o apoio dos mais diversos setores, seja do poder público, setor privado ou da sociedade civil organizada.

Esses setores podem atuar junto com a administração da UC na implantação de projetos que possibilitem um melhor desenvolvimento socioambiental para a unidade de conservação, sua população residente e do entorno.

Para isso é fundamental que a administração da UC busque desenvolver um diálogo com a população local e com os proprietários, visto que é fundamental que se estabeleçam parcerias com estes já que a categoria RVS pode ser constituída por áreas particulares. O RVSRF possui poucas áreas públicas, localizadas em especial ao longo da faixa litorânea relativa aos terrenos de marinha, região esta, gerenciada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Outro fator importante é a necessidade da gestão do Refúgio fomentar parcerias com o poder público, a fim de instituir na área do RVSRF políticas públicas voltadas ao bem estar social e a proteção dos recursos naturais, como saneamento básico, geração de renda, educação, saúde, moradia, etc.

Vallejo (2005) aponta que historicamente existe um grande distanciamento entre as políticas públicas de desenvolvimento econômico e as de proteção ambiental, abordando que esse cenário pode dificultar a gestão ambiental e as ações de proteção dos recursos naturais.

As parcerias com o setor privado e a sociedade civil organizada também são de grande importância para o desenvolvimento e realização de projetos que podem focar na sustentabilidade ambiental e no bem estar social.

Côrte (1997) faz um importante apanhado sobre a participação das diversas instituições do poder público, do setor privado e da sociedade civil organizada na gestão da categoria APA. Por ter algumas características de gerenciamento semelhante a do RVS como as propriedades privadas, a análise da autora traz uma visão enriquecedora no tocante ao processo de instituições parceiras as unidades de conservação.

Superando um sistema de gestão de caráter impositivo e restritivo, que se mostrou ineficiente na gestão das APAs, surge como alternativa viável a gestão em parceria e cogestão, cuja principal característica é a descentralização de atribuições e atividades de manejo e de gerenciamento de unidades, envolvendo na gestão os principais atores sociais (institucionais e sociedade civil). A inserção da comunidade nas diversas ações de planejamento e gestão de APAs, apesar de difícil, é um caminho viável para facilitar a mediação de conflitos entre uso do solo e a conservação dos recursos naturais, característica da gestão ambiental. No caso da APA, dada a predominância da propriedade privada e limitados recursos para a intervenção direta, talvez seja o único caminho. Neste sentido, entendemos que o principal papel da unidade gestora da APA é o de promover e facilitar a discussão entre o setor público (os vários órgãos envolvidos), o setor privado (os proprietários) e a sociedade, no sentido de definir os destinos da APA (...). Portanto, o papel do Estado na gestão das APAs, mesmo se imprescindível, torna-se mais eficaz quando compartilhado entre os vários órgãos governamentais envolvidos, o setor privado e a sociedade civil.

Nota-se, que todos os diferentes setores sociais podem constituir importantes parceiros e colaboradores com a gestão das unidades de conservação, e a administração das unidades deve ter atuação marcante nesse processo estabelecendo parcerias e dialogando com a sociedade a fim de implantar um modelo de gestão participativo e democrático.

São apresentadas aqui algumas instituições levantadas para o estabelecimento e fomento de parcerias com o RVSRF.

#### **4.3.1) Parcerias do Poder Público Federal**

- Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC): órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem a missão de promover a competitividade e a sustentabilidade dos segmentos agropecuário, agroflorestal e agroindustrial para o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, tendo o cliente como parceiro. Criada em 20 de fevereiro de 1957, época em que a economia cacaueira atravessava uma grave crise, teve sua atuação, nos seus primórdios, centrada basicamente no apoio à cacauicultura. Desde a sua criação, a CEPLAC vem acumulando inúmeras conquistas, graças ao seu modelo de atuação integrada, onde num só órgão, desenvolvem-se atividades de pesquisa, extensão rural e ensino agrícola (CEPLAC, 2013).

- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA): importante órgão para o desenvolvimento de apoio técnico e de alternativas sustentáveis para as atividades agrícolas realizadas na região (EMBRAPA, 2013).

- Fundação Nacional do Índio (FUNAI): entidade com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, é o órgão federal responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira em cumprimento ao que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988. Tem como objetivo principal

promover políticas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas, aliar a sustentabilidade econômica à sócio-ambiental, promover a conservação e a recuperação do meio ambiente, controlar e mitigar possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas, monitorar as terras indígenas regularizadas e aquelas ocupadas por populações indígenas, incluindo as isoladas e de recente contato, coordenar e implementar as políticas de proteção aos grupos isolados e recém-contatados e implementar medidas de vigilância, fiscalização e de prevenção de conflitos em terras indígenas (FUNAI, 2013).

- Governo Federal: importante participação para o desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura como o “Programa Luz Para Todos” além de outros que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população como saneamento básico e saúde pública (Portal Brasil, 2013).

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): instituição importante para realizar ações conjuntas de proteção do patrimônio natural da região (IPHAN, 2013).

- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): autarquia federal da administração pública responsável pela questão agrária no Brasil (INCRA, 2013).

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA): importante parceria para possíveis ações de fiscalização dentro da unidade de conservação (IBAMA, 2013).

- Marinha do Brasil (MB): possui a missão de cumprir as atribuições subsidiárias previstas em lei, com ênfase naquelas relacionadas à autoridade marítima, a fim de contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais (MB, 2013). A Agência da Capitania dos Portos (ACP) em Porto Seguro esta vinculada à Marinha do Brasil e tem como objetivo contribuir para a orientação, coordenação e controle das atividades relativas à Marinha Mercante e organizações correlatas, no que se refere à segurança da navegação, defesa nacional, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição hídrica (ACP, 2013).

- Ministério do Meio Ambiente (MMA): tem como missão promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade (MMA, 2013).

- Ministério Público (MP): cabe ao MP a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis, da ordem jurídica e do regime democrático. As funções do MP incluem também a fiscalização da aplicação das leis, a defesa do patrimônio público e o zelo pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados na Constituição (MP, 2013).

#### **4.3.2) Parcerias do Poder Público Estadual**

- Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental em Porto Seguro (CIPPA): importante parceria para a realização de atividades de fiscalização e apuração de denúncias na área do RVSRF (CIPPA, 2013).

- Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA): busca promover e apoiar o

desenvolvimento agrário sustentável do estado da Bahia, por meio de ações de regularização fundiária e reforma agrária (CDA, 2013).

- Governo do Estado da Bahia: importante instituição, pois pode atuar na implantação de políticas públicas de saúde, educação, moradia, saneamento básico, geração de renda, etc. em conjunto com o poder público municipal, além de poder realizar grandes empreendimentos de infraestrutura na rede de transporte, comunicação, construção de escolas, postos de saúde etc (Governo da Bahia, 2013).

- Instituto de Terras da Bahia (INTERBA): instituição ligada ao CDA que tem como objetivos: 1) promover e coordenar a discriminação administrativa e judicial das terras devolutas, assim como sua disposição; 2) coordenar a reestruturação agrária, a regularização de ocupações e a conciliação; 3) administrar conflitos fundiários; elaborar o cadastramento rural do estado e o levantamento cartográfico correspondente; e 4) processar e decidir, com exclusividade, os pedidos de regularização fundiária previstos em legislação específica (CDA, 2013).

- Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA): é o órgão executor do meio ambiente no estado, responsável, por exemplo, para autorizações de supressão vegetal (INEMA, 2013).

- Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR): tem por finalidade planejar, coordenar e executar políticas de promoção e fomento ao turismo (SETUR, 2013).

- Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA): tem a finalidade de assegurar a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia, formulando e implementando as políticas públicas voltadas para harmonizar a preservação, conservação e uso sustentável do meio ambiente, com respeito à diversidade étnico-racial-cultural e à justiça socioambiental no Estado da Bahia (SEMA, 2013).

#### **4.3.3) Parcerias do Poder Público Municipal**

- Prefeitura de Porto Seguro: instituição que tem caráter fundamental na gestão do RVS RF, pois é responsável pelo ordenamento do solo urbano e pela implantação de políticas públicas em todo o município (PMPS, 2013).

- Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento: instituição importante para o desenvolvimento de atividades agrícolas sustentáveis, bem como o fornecimento de capacitação a população local (SEAAP, 2013).

- Secretaria Municipal do Meio Ambiente: instituição importante para o desenvolvimento conjunto de ações de planejamento e gestão ambiental (PMPS, 2013).

#### **4.3.4) Parcerias da Sociedade Civil Organizada**

- Aldeia Indígena Pataxó Imbiriba: importante parceria para o desenvolvimento de projetos de turismo, artesanato e manejo sustentável de recursos naturais. A capacitação da mão-de-obra, o resgate cultural e a geração de renda são projetos fundamentais para a aldeia (Aldeia Imbiriba, 2013).

- Associação de Moradores de Itaporanga: possui uma grande importância, pois é o adensamento humano mais próximo do RVS RF e como tem se expandido significativamente nos últimos anos pode exercer pressão antrópica sobre a área da UC e sua ZA. Deverá ser alvo de parceria para construção de políticas públicas que

preservem os recursos naturais, em especial para o tratamento adequado do esgoto, dos resíduos sólidos e ocupação do solo (AMI, 2013).

- Colônia de Pescadores Z22 de Porto Seguro: associação civil, sem fins lucrativos, daquelas que fazem da pesca seu principal meio de subsistência, criada em 5 de outubro de 1974, tendo como área de Jurisdição todo o município de Porto Seguro, sua finalidade é a representação e a defesa dos direitos e interesses dos seus associados, sendo filiada à Federação dos Pescadores do Estado da Bahia.

- Conservação Internacional do Brasil: organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e utilização sustentada da biodiversidade. Fundada em 1987 trabalham com foco no tripé conservação da biodiversidade, serviços ambientais e bem-estar humano em mais de 40 países distribuídos por quatro continentes. A missão da Conservação Internacional (CI) é promover o bem-estar humano fortalecendo a sociedade no cuidado responsável e sustentável para com a natureza - nossa biodiversidade global - amparada em uma base sólida de ciência, parcerias e experiências de campo (CI, 2013)

- Flora Brasil: instituição que busca alternativas econômicas para as comunidades que vivem do uso e manejo dos recursos naturais, educação ambiental, conservação da biodiversidade e incentivo à criação de RPPN e outras unidades de conservação. O exercício da cidadania e a divulgação de conceitos de ecologia Interior são valores que estão sempre presentes em suas ações (Flora Brasil, 2013).

- Grupo Ambiental Natureza Bela: instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 28 de abril de 2001, que tem como missão contribuir para a conservação da natureza proporcionando a educação ambiental e o fortalecimento da cidadania. São alguns dos objetivos específicos do Grupo Ambiental Natureza Bela: defender, preservar e conservar o meio ambiente; promover a restauração de ambientes naturais e adequação ambiental de propriedades rurais; promover a cultura popular; estabelecer estratégias de geração de renda, produção e comercialização de produtos, serviços e materiais educativos voltados para a sustentabilidade e objetivos da instituição (Natureza Bela, 2013).

- Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA): organização não-governamental, sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de promover a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a formação da cidadania, baseada em princípios democráticos e de justiça social. Sua fundação ocorreu em 14 de abril de 1982, a partir da iniciativa de um grupo de técnicos e profissionais liberais preocupados com o avanço da degradação ambiental na Bahia (Natureza Bela, 2013).

- Instituto Bioatlântica (IBIO): organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que visa melhorar a qualidade ambiental e promover a gestão integrada de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem estar humano. Desenvolve um importante trabalho de recuperação de áreas degradadas na região do RVSFR (IBIO, 2013).

- Instituto Educação pela Arte: atende a 120 alunos dos sete aos 18 anos no contra turno escolar com atividades de desenho, pintura, música, reciclagem e artesanato em Itaporanga. Ainda não desenvolve cursos de capacitação, pois os alunos deixam o projeto para trabalhar nas atividades turísticas quando chegam aos 14, 15 anos.

- Instituto Joana Moura para Ações Socioambientais (IJM): associação civil, sem fins lucrativos, com personalidade Jurídica de caráter privado, ambientalista, científico, social, cultural e instrutivo, dedicado a pesquisa, ensino e ao desenvolvimento

institucional, bem como à execução e análise da eficácia de projetos e parcerias governamentais, visando o aprimoramento das ações sociais para que estas atinjam o necessário desenvolvimento humano (IJM, 2010).

- Projeto Amiga Tartaruga (Pat Ecosmar): organização não-governamental que atua desde 1997 no extremo sul da Bahia. Visa à proteção das tartarugas marinhas e a conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos (Pat Ecosmar, 2013).

- Sociedade de Amigos da Itapororoca (SAIT): associação de moradores do condomínio Itapororoca é uma importante parceira para o RVSRF inclusive para fomentar algumas iniciativas sustentáveis, como projetos de coleta seletiva e educação ambiental (SAIT, 2013).

- Sociedade Amigos de Trancoso: organização da sociedade civil de interesse público que atua na busca da sustentabilidade de Trancoso, apoiando ações sobre o tema e as festividades locais. Importante parceira para as ações de educação ambiental (SAT, 2013).

- *The Nature Conservation* (TNC): criada em 1951 trabalha em todo o mundo com um objetivo em comum: proteger a natureza e preservar a vida, com a missão é conservar as terras e águas das quais a vida depende. Está presentes em mais de 35 países e no Brasil desde 1988, atuando em todos os biomas do país (TNC, 2013).

- WWF-Brasil: é uma organização não-governamental brasileira dedicada à conservação da natureza com os objetivos de harmonizar a atividade humana com a conservação da biodiversidade e promover o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações. Criado em 1996 e sediado em Brasília, desenvolve projetos em todo o país e integra a Rede WWF, a maior rede independente de conservação da natureza, com atuação em mais de 100 países e o apoio de cerca de cinco milhões de pessoas, incluindo associados e voluntários (WWF-Brasil, 2013).

#### **4.3.5) Parcerias do Setor Privado**

- Veracel Celulose: possui como importante ação ambiental como a criação da RPPN Estação Veracel. A criação da RPPN tem um papel importante de integração com as unidades de conservação da região, tanto públicas quanto privadas, além de desenvolver um relacionamento contínuo com as comunidades do entorno, bem como, interagir com os fragmentos florestais por meio de diversas atividades, tais como a participação no Mosaico de Áreas Protegidas (Veracel, 2013).

- Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA): sociedade de economia mista de capital autorizado, pessoa jurídica de direito privado, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado da Bahia. Importante parceria a ser fomentada, em especial a fim de elaborar propostas e ações conjuntas com o Poder Público para o tratamento de esgoto e o abastecimento de água na área do RVSRF e na sua ZA (EMBASA, 2013).

- Elma Chaves Ecodesigner: empresa de artesanato que utiliza madeira morta para a fabricação de suas peças. Fomenta um projeto de economia solidária que se constitui em um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente (Elma Chaves, 2013).

#### **4.3.6) Parcerias com outras Unidades de Conservação e Iniciativas Conjuntas**

- Área de Proteção Ambiental Caraíva-Trancoso: importante instituição de ordenamento territorial sobreposta a área do RVSRF e por isso deve haver fomento de uma parceria a fim de criar um modelo de gestão conjunto que vise conservar os recursos naturais e introduzir iniciativas sustentáveis de desenvolvimento econômico para a população do RVSRF e de sua ZA.
- Reserva Extrativista Marinha de Corumbau: importante instituição para fomentar parcerias e ações conjuntas de desenvolvimento sustentável e de ações de ordenamento das atividades extrativas realizadas.
- Parque Nacional do Pau Brasil: importante parceria para estabelecer ações conjuntas, em especial nas suas áreas de ZA.
- Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES): importante para a realização de ações integradas entre as unidades de conservação incluídas nessa área.

#### **4.3.7) Parcerias voltadas a Educação Ambiental e Pesquisa**

- Universidade Federal da Bahia (UFBA): parceria importante para a realização de pesquisas científicas na área do RVSRF e sua ZA.
- Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC): parceria importante para a realização de pesquisas científicas na área do RVSRF e sua ZA.
- Instituto Federal da Bahia (IFBA): parceria importante para a realização de pesquisas científicas na área do RVSRF e sua ZA, bem como para a capacitação da população local para ampliar a geração de emprego e renda.
- Instituto Renascer: estabelecimento de ensino público de nível pré-escolar, a estrutura foi construída por compensação ambiental. Importante apoio para a realização das reuniões do conselho consultivo do RVSRF.
- Faculdades particulares de Porto Seguro: impotentes instituições que podem atuar no setor de pesquisa e educação ambiental como a Faculdade Nossa Senhora de Lourdes e as Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia (UNISULBAHIA).
- Escola Municipal Itaporanga: importante parceria a ser firmada para desenvolver trabalhos de educação ambiental com vistas a melhorar a conscientização da comunidade em relação a conservação dos recursos naturais.

#### **4.3.8) Parcerias com os proprietários de áreas dentro do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades**

- Sr. Carlos Pinheiro: potencial parceiro para o desenvolvimento de atividades de turismo rural em sua propriedade.
- Empresa Itaquena S/A: potencial parceira para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo.
- Cocobahia Agrocomercial Ltda: importante empreendimento que já atuou na região com capacitação profissional e mobilização social ajudando inclusive na criação da Cooperativa de Artesanato, e hoje possui uma ação menos intensa na região do RVSRF.

Existem ainda outras possibilidades de fomentar parcerias com os proprietários para a realização de atividades de turismo, visitação, guias, artesanato. É necessário um trabalho de diálogo e capacitação com essas populações, a fim de implantar novos projetos de geração de renda de forma sustentável.

## 5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACP/PS. Agência da Capitania dos Portos em Porto Seguro. 2013. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/cpba/>. Acesso em 12/04/2013.

Aldeia Imbiriba, 2013. Disponível em: <http://aldeiaimiriba.blogspot.com.br/>. Acesso em 12/04/2013.

AMI. Associação de Moradores de Itaporanga. 2013. Disponível em: <http://www.rts.org.br/integrantes/todas-as-instituicoes/ami-assosiacao-de-moradores-de-itaporanga>. Acesso em 12/04/2013.

Bahia, 2003. Constituição do Estado da Bahia de 24 de julho de 2003. Texto consolidado. Poder Executivo, Bahia. Disponível em: [www.mp.ba.gov.br/institucional/legislacao/constituicao\\_bahia.pdf](http://www.mp.ba.gov.br/institucional/legislacao/constituicao_bahia.pdf). Acesso em 16/03/2013.

BAHIATURSA. Empresa de Turismo da Bahia. 2013. Disponível em: <http://www.bahiatursa.ba.gov.br>. Acesso em 13/03/2013.

Brasil, 1941. Decreto Lei nº 3.438 de 17 de julho de 1941. Esclarece e amplia a lei n.º 2.490, de 16 de agosto de 1940 que estabelece novas normas para o aforamento dos terrenos de marinha e de outras providências. Poder Executivo. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del3438.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3438.htm). Acesso em 13/03/2013.

Brasil, 1966a. Decreto nº 58.054 de 23 de março de 1966. Proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América. Poder Executivo. Brasília. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58054-23-marco-1966-398707-norma-pe.html>. Acesso em 01/04/2013.

Brasil, 1966b. Decreto nº 1.905, de 16 de maio de 1996. Promulga a Convenção de Ramsar. Poder Executivo. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/D1905.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1905.htm). Acesso em: 26/03/2013.

Brasil, 1975. Decreto nº 76.623 de 17 de novembro de 1975. Promulga a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção. Poder Executivo. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D76623.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D76623.htm). Acesso em: 15/03/2013.

Brasil, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Poder Executivo. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13/03/2013.

Brasil, 1994. Decreto nº 1.160 de 21 de junho de 1994. Poder Executivo. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2971.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2971.htm). Acesso em: 02/04/2013.

Brasil, 1998. Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Poder Executivo. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm). Acesso em: 16/03/2013.

Brasil, 2000. Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Poder Executivo. Brasília. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm). Acesso em 13/03/2013.

Brasil, 2002. Decreto Lei nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Poder Executivo. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm). Acesso em 13/03/2013.

Brasil, 2006. Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Poder Executivo. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm). Acesso em: 13/03/2013.

Brasil, 2007. Decreto de 21 de dezembro de 2007. Cria o Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades. Poder Executivo. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/Resenha/12\\_dezembro-2007.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Resenha/12_dezembro-2007.htm). Acesso em 10/03/2013.

Brasil, 2008. Decreto nº 6.660 de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei 11.428 sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Poder Executivo. Brasília. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm). Acesso em 13/03/2013.

Brasil, 2012. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Criação do Novo Código Florestal. Poder Executivo. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011.../2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011.../2012/Lei/L12651.htm). Acesso em 13/03/2013.

Britto, I. C. 1999. **Projeto Porto Seguro – Santa Cruz Cabrália**. Salvador, CPRM – Prefeituras Municipais de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

Castro Júnior, E.; Coutinho, B. H. & Freitas, L. E. 2009. Gestão da Biodiversidade e áreas protegidas. In: Guerra, A. J. T. & Coelho, M. C. N. **Unidades de Conservação – abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CDA. Coordenação de Desenvolvimento Agrário. 2013. Disponível em: <http://www.cda.ba.gov.br/cda/missao.php>. Acesso em 12/04/2013.

CEPEMAR, 2011. Ampliação da fábrica e base florestal nos municípios de Belmonte, Canavieiras, Encruzilhada, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Itapetinga, Itarantim, Macarani, Maiquinique, Mascote, Porto Seguro, Potiraguá, Santa Cruz de Cabrália, Santa Luzia e indústria de celulose no município de Eunápolis e Belmonte, na Bahia. Resolução CEPRAM nº. 3.964 de 2009. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). CPM RT 097/11. 211p.

CEPLAC. Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira. 2013. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/paginas/ceplac/ceplac.asp>. Acesso em 10/04/2013

CEPRAM, 2000. Conselho Estadual de Meio Ambiente. Resolução n.º2532 de 24 de novembro de 2000. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/legislacao/normas-tecnicas-e-portarias>. Acesso em 14/03/2013.

CI. Conservation International do Brasil. 2003. **Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos**. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br>>. Acesso em 22/02/2013.

CIPPA. Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental em Porto Seguro. 2013. Disponível em: [http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1996:cippa-companhia-independente-de-policia-de-protecao-ambiental&catid=93:institucional&Itemid=852](http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1996:cippa-companhia-independente-de-policia-de-protecao-ambiental&catid=93:institucional&Itemid=852). Acesso em 14/03/2013.

Comissão de estudo para Tombamento do Sistema Serra do Mar/Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro. 1991. **Tombamento da Serra do Mar/Mata Atlântica**. Relatório Final. Rio de Janeiro. 37p.

Corredores ecológicos da Mata Atlântica da Bahia, 2013. Disponível em: [http://www.corredoresecologicos.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8&Itemid=43](http://www.corredoresecologicos.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8&Itemid=43). Acesso em: 14/03/2013.

Côrte, D. A. de A. 1997. **Planejamento e Gestão de APAs**. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. **Anais**. Curitiba, IAP: UNILIVRE, Rede Nacional Pró Unidade de Conservação.

Dean, W. 1997. **A ferro e fogo – a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 484p.

Dinerstein, E. *et al.* 1995. **A Conservation Assessment of the Terrestrial Ecoregions of Latin America and the Caribbean**. Washington (DC), World Bank.

Elma Chaves. 2013. Disponível em: <http://www.elmachavesecodesigner.com.br/instituto.html>. Acesso em 10/04/2013.

EMBASA. Empresa Baiana de Águas e Saneamento. 2013. Disponível em: <http://www.embasa.ba.gov.br/>. Acesso em 13/04/2013.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 2003. **Zoneamento Agroecológico de Microbacias da Costa do Descobrimento: Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, BA**. Rio de Janeiro, RJ, EMBRAPA SOLOS, 121p.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 2013. Disponível em: <http://www.embrapa.br>. Acesso em: 10/04/2013.

Flora Brasil. 2013. <http://www.florabrasil.org>. Acesso em 10/04/2013.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. 2013. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/portal/quem/conteudo.htm>. Acesso em 11/04/2013.

Governo da Bahia. 2013. Disponível em: <http://www.ba.gov.br/>. Acesso em: 10/04/2013.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2013. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 12/04/2013.

IBIO. Instituto Bioatlântica. 2013. Disponível em: <http://ibio.org.br/page/2/>. Acesso em 17/04/2013.

IJM. Instituto Joana. Moura 2013. Disponível em: <http://www.elmachavesecodesigner.com.br/instituto.html>. Acesso em 25/03/2013.

INEMA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. 2013. Disponível em: <http://www.ima.ba.gov.br/>. Acesso em 12/04/2013.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: 10/04/2013.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1857>. Acesso em 13/04/2013

MB. Marinha do Brasil. 2013. Disponível em: [http://www.mar.mil.br/menu\\_v/instituicao/missao\\_visao\\_mb.htm](http://www.mar.mil.br/menu_v/instituicao/missao_visao_mb.htm). Acesso em 20/04/2013.

Medeiros, R. J. 2003. **A proteção da natureza: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais**. Tese de doutorado. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Medeiros, R. J. & Garay, I. 2006. Singularidades do Sistema de Áreas Protegidas para Conservação e Uso da biodiversidade Brasileira. In: Garay, I. & Becker, B. K. **Dimensões humanas da biodiversidade. Desafios de novas relações entre sociedade e natureza no século XXI**. Petrópolis, Editora Vozes, p. 159-184.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2003. Portaria n.º 221 de 09 de maio de 2003. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/conservacao-da-biodiversidade/espécies-ameaçadas-de-extinção>. Acesso em 14/03/2013.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2010a. Portaria n.º 482 de 14 de dezembro de 2010. Mosaicos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/.../areas-protegidas?...portaria-n-482-de-14-de-dez...> Acesso em 13/03/2013.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2010b. Portaria n.º 492 de 17 de dezembro de 2010. Reconhecimento do Mosaico do Extremo Sul da Bahia. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/legislacao/areas-protegidas>. Acesso em 13/03/2013.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/o-ministerio/apresentacao>. Acesso em 12/04/2013.

MMA/SRH. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos. 1997. **Plano diretor de recursos hídricos da bacia do extremo sul**. Documento síntese. Superintendência de Recursos Hídricos, Governo do Estado da Bahia, Salvador, v. 6.

MP. Ministério Público. 2013. Disponível em: <http://www.pgr.mpf.gov.br/conheca-o-mpf/sobre-a-instituicao>. Acesso em 12/04/2013.

NATUREZA BELA. Grupo Ambiental Natureza Bela. Disponível em: <http://www.naturezabela.org.br/site/index.php/quem-somos>. Acesso em 10/04/2013.

Pádua, J. A. 2003. **Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Pat Ecosmar. Projeto Amiga Tartaruga. 2013. Disponível em: <http://www.patecosmar.org.br/>. Acesso em 10/04/2013.

PMPS. Prefeitura Municipal de Porto Seguro. 2013. Disponível em <http://www.portoseguro.ba.gov.br>. Acesso em 13/04/2013.

Porto Seguro, 1990. Lei Orgânica do município de Porto Seguro – Bahia. Poder Executivo. Porto Seguro. Disponível em: [http://www.cdlportoseguro.com.br/imgs/pdfs/esclarecimento/lei\\_organica\\_porto\\_seguro.pdf](http://www.cdlportoseguro.com.br/imgs/pdfs/esclarecimento/lei_organica_porto_seguro.pdf). Acesso em: 13/03/2013.

Porto Seguro, 1994. Decreto Municipal nº 187 de 3 de maio de 1994. Poder Executivo. Porto Seguro. Disponível em: <http://www.ceaam.net/ntr/legislacao/dleg/1994/D0187.htm>. Acesso em 20/03/2013.

Portal Brasil. 2013. Disponível em: [http://www.brasil.gov.br/search?searchabletext=programa+luz+para+todos&portal\\_type=plonearticle&size=10](http://www.brasil.gov.br/search?searchabletext=programa+luz+para+todos&portal_type=plonearticle&size=10). Acesso em 10/04/2013.

Prost, C. 2009. O falso consenso sobre a defesa do meio ambiente. In: Mendonça, F., Lowen-Sahr, C. L. & Silva, M. (Orgs.) **Espaço e Tempo – complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba, ADEMADAN.

Rocha, C. F. D.; Van Sluys, M.; Bergallo, H. G. & Alves, M. A. S. 2005. Endemic and threatened tetrapods in the restingas of the biodiversity corridors of Serra do Mar and of the central da Mata Atlântica in Eastern Brazil. **Brazilian Journal Biology**, v. 65, n. 1, p. 159-168.

Sampaio, A. J. 1935. Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 48-55.

Sarmiento-Soares, L. M. & Martins-Pinheiro, R. F. 2009. A fauna de peixes na bacia do rio dos Frades e microbacias vizinhas, extremo sul da Bahia, Brasil, **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão** (N. Ser.) n. 26, p. 25-46.

SAT. Sociedade Amigos de Trancoso. 2013. Disponível em: <http://www.trancososustentavel.org.br>. Acesso em 12/04/2013.

SAIT. Sociedade de Amigos da Itapororoca. 2013. Disponível em: <http://trade.nosis.com/pt/SOCIEDADE-AMIGOS-DA-ITAPOROROCA--TRANCOSO/106406970/315/p#.UYx6-KLBNxE>. Acesso em 20/04/2013.

Scannavino Neto, E. 2004. **Planejamento Participativo de Itaporanga – Porto Seguro – Bahia**. Projeto Saúde & Alegria. 60p.

SEAAP. Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento. 2013. Disponível em: <https://foursquare.com/v/secretaria-municipal-de-agricultura--pesca--abastecimento/5086999fe4b030d347e3f606>. Acesso em 12/04/2013.

SEMA. Secretaria Estadual de Meio Ambiente 2013. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/default.aspx>. Acesso em 11/04/2013.

SETUR. Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. 2013. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/institucional/missao/>. Acesso em 12/04/2013.

Soavinski, R. J. 1997. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Legislação e Política** In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. **Anais**. Curitiba, IAP: UNILIVRE, Rede Nacional Pró Unidade de Conservação.

Timmers, J. (coord.) 2002. **Ampliação da Rede de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Sul e Extremo Sul da Bahia**. Bahia.

TNC. The Nature Conservation. 2013. Disponível em: <http://portugues.tnc.org/quem-e-a-tnc/index.htm>. Acesso em 10/04/2013.

Vallejo, L. R. 2005. **Políticas Públicas e Conservação Ambiental: territorialidades em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ)**. Niterói, Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense.

Veracel. Veracel Celulose. 2013. Disponível em: <http://www.veracel.com.br/default.aspx?tabid=229>. Acesso em 12/04/213.

Wied-Neuwied, M. A. P. zu. 1940. **Viagem ao Brasil**. Brasileira. Companhia Editora Nacional.

WRI/IUCN/UNEP. World Resources Institute/The World Conservation Union/United Nations Environment Programme. 1992. Global Diversity Strategy – Guidelines for Actions to Save, Study, and Use Earth's Biotic Wealth Sustainably and Equitably. Disponível em: [http://pdf.wri.org/globalbiodiversitystrategy\\_intro.pdf](http://pdf.wri.org/globalbiodiversitystrategy_intro.pdf). Acesso em: 16/03/2013.

WWF-Brasil. *World Wide Fund for Nature* do Brasil. 2013. Disponível em: <http://portugues.tnc.org/quem-e-a-tnc/index.htm>. Acesso em 10/04/2013.